



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – FADIR**

**Caroline Sakamoto Yonamine**

**A Parceria estratégica sino-brasileira:  
Uma análise da cooperação e de seus eventuais riscos**

**Dourados  
Março, 2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**

**Caroline Sakamoto Yonamine**

**A Parceria Estratégica sino-brasileira:  
Uma análise da cooperação e de seus eventuais riscos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais. Sob a orientação do professor doutor Hermes Moreira Junior.

**Dourados  
Março, 2017**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

Y56p Yonamine, Caroline Sakamoto

A parceria estratégica sino-brasileira: uma análise da cooperação e de seus eventuais riscos / Caroline Sakamoto Yonamine -- Dourados: UFGD, 2017.

71f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Hermes Moreira Junior

TCC (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Cooperação sul-sul. 2. Relações econômicas internacionais. 3. Política externa brasileira. 4. Parceria estratégica. 5. Relações sino-brasileiras. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.**



### ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos dezesseis dias do mês de março de 2017, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais o (a) aluno (a) **Caroline Sakamoto Yonamine** tendo como título "*A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: Uma Análise de Cooperação e de Seus Eventuais Riscos*".

Constituíram a Banca Examinadora os professores Dr. Hermes Moreira Junior (orientador), Dra. Lisandra Pereira Lamoso (examinador) e o Dr. Rafael Gonçalves Gumiero (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado (a) Aprovado.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Assinaturas:

  
Dr. Hermes Moreira Junior  
Orientador

  
Dra. Lisandra Pereira Lamoso  
Examinadora

  
Dr. Rafael Gonçalves Gumiero  
Examinador

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela força e a coragem oferecidas a mim no decorrer desta jornada, pela iluminação frente aos momentos de incertezas e reconsiderações ao apontar-me na direção do caminho certo para a conclusão deste trabalho, para a realização de um sonho, e pelo encorajamento estendido ao alcance de novos objetivos.

Gostaria de agradecer aos meus pais, Lino Yoshinobu Yonamine e Ivone Mieko Sakamoto Yonamine, pelo apoio incondicional que me inspirou a continuar a trilhar o caminho que escolhi, relembrando-me, nos momentos de desgastes das motivações que me levaram a chegar até aqui e do futuro que está à minha espera. Agradeço ao meu irmão, Marcos Vinícius Sakamoto Yonamine, pelas risadas e os momentos de descontração em meio ao estresse e hesitações, obrigada por sempre me considerar um exemplo a ser seguido, pois isto sempre me impulsionou a fazer o meu melhor.

Agradeço também a Luciana Rodrigues, Paula Polonini, Julia Salvador, Allure Karoliny pela amizade duradoura e as inúmeras palavras de incentivo vindas de uma paciência incrível, por estarem dispostas a acompanhar de perto a criação e o desenvolvimento deste trabalho. Devo agradecer também, Narrah Dautenhahn, Kim Dayoung, Tiffany Wu, Lee Byulhan e Yi Qian, que mesmo a um oceano de distância foram sempre os primeiros a oferecer-me assistência frente aos menores e maiores obstáculos apresentados pela temática deste trabalho e por sempre possuírem uma paciência inacreditável para comigo.

À Thais Alessandra da Silva e Mateus Brunetto Cari, que me acompanharam no decorrer de toda a graduação, perpassando ao meu lado por todos os desafios e conquistas proporcionados pela universidade. Agradeço pelo apoio mútuo e pela amizade e companheirismo que durará muito além da formatura.

Gostaria de agradecer também ao meu orientador e amigo, Hermes Moreira Junior, por acreditar em meu potencial e sempre incentivar-me a desenvolver minhas habilidades na área da pesquisa, incentivando-me sempre a ser mais ambiciosa quanto aos meus objetivos. Minha formação pessoal, profissional e acadêmica não teria sido a mesma sem sua paciência, encorajamento e compreensão, obrigada por tudo.

## RESUMO

A partir da ascensão de novas agendas aos palcos do cenário político-econômico do sistema mundo, evidencia-se a viabilização de uma nova diretriz para as diplomacias dos países periféricos: a Cooperação Sul-Sul. Um exemplo desta fora a formalização das relações sino-brasileiras, mediante a visita do Presidente Jiang Zemin e do Primeiro-Ministro Zhou Rongji ao Brasil em 1993, e a oficialização de uma parceria estratégica, fortificada na visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à China em 1995, e o apoio brasileiro à adesão da China na Organização Mundial do Comércio. Destarte, este trabalho possui o intuito de aferir a extensão desta parceria, suas implicações para a economia brasileira, e apurar a dimensão do encarecimento das relações sino-brasileiras intra-BRICS. Utilizando de dados provenientes da balança comercial brasileira e chinesa, além de documentos oficiais emitidos pelos Ministérios de Indústria e Comércio, e de Relações Exteriores para a elaboração de gráficos informativos e comparativos. A historiografia e as análises das políticas externas brasileira e chinesa deste período, foram de mesmo modo, exploradas para melhor elucidação deste estudo. Por conseguinte, conclui-se que o Brasil afronta uma conjuntura economicamente desfavorável, mediante ao fenômeno de desindustrialização e reprimarização de sua economia, e das deficiências nas políticas nacionais para o desenvolvimento.

**Palavras-Chave:** Cooperação Sul-Sul. Relações Econômicas Internacionais. Política Externa Brasileira. Parceria Estratégica. Relações Sino-Brasileiras.

## ABSTRACT

With the uprising of contemporary agendas to the political and economic scenery of the world-system, the feasibility of new guidelines for the diplomacy of peripheric states became evident through the South-South Cooperation. An example of which was the formalization of Sino-Brazilian relationship, through Chinese President Jiang Zemin and Prime-Minister Zhou Rongji's visit to Brazil in 1993, and the officialization of a strategic partnership, fortified by the visit of President Fernando Henrique Cardoso to China in 1995, and the support offered by Brazil to China's accession to the World Trade Organization. Thus, this study has the intent of assess the extension of said partnership, its implications to the Brazilian economy, and examine the dimension of the enhancement in Brazil-China relationship intra-BRICS. Utilizing data acquired from both Brazil and China's the trade balance, in addition to official documents issued by the Ministry of Industry and Commerce, and the Ministry of Foreign Affairs for the formulation of informative and comparative graphics. Historiography and the analysis of Brazil and China's external politics in this interim were also explored for a more accurate elucidation of this study. Thereafter, it can be concluded that Brazil faces an unfavorable economic conjuncture, in consequence of the deindustrialization phenomena, the reprimarization of its economy, and the deficiencies in national development policies.

**Keywords:** South-South Cooperation. International Economic Relations. Brazilian External Politics. Strategic Partnership. Brazil-China Relations.

## LISTAS DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Porcentagem da Participação Chinesa na Balança Brasileira (Exportação e Importação).....	<b>31</b>
<b>Gráfico 2</b> - Balança Comercial Brasileira (1998-2011): Exportação, Importação e Saldo Anual.....	<b>32</b>
<b>Gráfico 3</b> - Exportação Chinesa para os outros BRICS em montante total (2001-2011) .....	<b>41</b>
<b>Gráfico 4</b> - Importações Chinesas para os outros países dos BRICS em montante total (2001-2011) .....	<b>42</b>
<b>Gráfico 5</b> - Fluxo Comercial Chile-China (2005-2009) .....	<b>50</b>
<b>Gráfico 6</b> - A evolução da participação argentina nos fluxos comerciais chineses. ....	<b>52</b>
<b>Gráfico 7</b> - Exportações Uruguaias à China (2010-2015) .....	<b>54</b>
<b>Gráfico 8</b> - Porcentagem da participação do Brasil no Comércio Exterior Chinês (2000-2007) .....	<b>58</b>

## LISTAS DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Porcentagem da redução das Exportações brasileiras como resultado da perda de mercado para a China. ....	<b>60</b>
--	-----------

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1. Referenciais conceituais e teóricos: .....</b>	<b>12</b>
1.1 O Sistema-mundo e a Economia-mundo capitalista. ....	13
1.2 Cooperação Sul-Sul e Parceria Estratégica.....	17
<b>2. AS RELAÇÕES BRASIL-CHINA .....</b>	<b>24</b>
2.1 A POLÍTICA DAS RELAÇÕES BRASIL-CHINA .....	24
2.2 A PARCERIA ESTRATÉGICA .....	28
<b>3. AS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS COMO PARCEIROS ESTRATÉGICOS....</b>	<b>35</b>
3.1 BRICS: Uma breve exposição historiográfica de sua ascensão até a formulação do Novo Banco de Desenvolvimento. ....	35
3.2 BRICS e a Cooperação Sul-Sul: uma Parceria Estratégica. ....	39
3.3 A parceria estratégica Brasil-China e as relações entre ambos no âmbito dos BRICS. ....	44
<b>4. A China e a América do Sul: Uma breve averiguação de uma parceria estratégica no cone-sul. ....</b>	<b>47</b>
4.1 As Relações Chile-China: Os impactos da primeira relação diplomática chinesa na América do Sul. ....	48
4.2 As relações sino-argentinas: Uma alternativa à parceria estratégica no ConeSul. ....	51
4.3 As Relações China-Uruguai: Uma ascendência tardia ao âmbito bilateral. ....	53
4.4 O curioso caso paraguaio: A preferência histórica para com a ilha de Taiwan. ....	54
4.5 As Relações Sino-Brasileiras: O fantasma da desindustrialização e a reprimarização da economia. ....	55
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: .....</b>	<b>63</b>

## INTRODUÇÃO

A atratividade de possíveis relações político-econômicas com a periferia do sistema mundo não é exclusiva apenas aos grandes centros. No decorrer das últimas décadas do século XX e início do século XXI, Estados que a princípio eram classificados como terceiro mundo iniciaram um processo de gravitação em direção aos demais entes desta categoria, se alinhando de forma a enfatizar seus interesses particulares em um novo contexto; o das relações Sul-Sul.

É diante desta conjuntura que a semiperiferia do sistema mundo assumira papel protagonista frente a discussões sobre a temática do desenvolvimento, em especial, dentro dos foros multilaterais de debate. A forte presença dos representantes semiperiféricos na economia mundial é salientada pelo acrônimo BRICs, formulado em 2001 e articulado como um arranjo em 2006, ganhando uma carga política de destaque progressivo, que levara a transição de BRIC para BRICS com a incorporação da África do Sul.

Datando da década de setenta, quando fora estabelecida, a parceria estratégica sino-brasileira integrava uma pauta de discussão sobre sua importância e relevância para as relações internacionais brasileiras. Considerando seus modelos de desenvolvimento e de industrialização, Brasil e China são dois grandes exemplos do que Giovanni Arrighi denomina “capitalismos tardios” em sua obra ‘O longo século XX’, ascendendo em potencial no cenário mundial a partir do advento do processo de globalização, o qual reverberou diversas consequências à economia de ambos os Estados. Contudo, diante do término da Guerra Fria e da crise econômica mundial que se alastrara no decorrer da década de noventa, a progressiva aproximação entre Brasil e China fora formalmente oficializada em novembro de 1993 com a visita de Jiang Zemin (Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês ativo naquele período) ao Brasil.

A presente monografia tem como finalidade realizar um breve estudo a respeito das relações bilaterais sino-brasileira, averiguando, de maneira empírica, as vantagens e desvantagens que dela procedem e aferindo sua extensão e profundidade. Para tal, adota-se como ferramenta de análise uma abordagem histórica das políticas externas de ambos os países e uma análise dos dados referentes ao fluxo comercial sino-brasileiro, na tentativa de

compreender as consequências da parceria entre os países no âmbito bilateral e multilateral, além de sua ressonância por meio do fenômeno da desindustrialização e da reprimarização observados no Estado brasileiro.

Com isso, a primeira parte deste trabalho possui o intuito de elucidar a trajetória conceitual percorrida pelos acadêmicos que se debruçam sobre o estudo e a análise da Teoria do Sistema-Mundo, apresentando a relevância de se explanar sobre a temática das relações sino-brasileiras sob a perspectiva desta corrente teórica, principalmente ao entrelaçá-la a interpretação da cooperação entre os Estados para o desenvolvimento. Aqui, apresenta-se também a definição terminológica de parceria estratégica e suas implicações para os países envolvidos nesta.

Destarte, o segundo capítulo deste estudo apresenta-se como um *continuum*, iniciado nos governos Jânio Quadros e João Goulart, com a Política Externa Independente e a multilateralização das relações diplomáticas brasileiras até o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva, e os anos que transcenderam a coalizão dos BRICS. O objetivo deste é explorar, mediante um estudo da política externa brasileira, fatores internos que fomentaram a aproximação e o estabelecimento de uma parceria estratégica entre o Brasil e a República Popular da China, utilizando-se de fontes primárias como os acordos e documentos ratificados por ambos os países que comprovam a contribuição desta para o desenvolvimento nacional e o aprofundamento das correntes comerciais entre os dois países por meio da ilustração dos dados pertinentes a balança comercial brasileira em gráficos

O terceiro capítulo propõe-se a um breve estudo das relações sino-brasileiras no âmbito dos BRICS, e a influência deste para a continuação das políticas de aprofundamento das relações bilaterais. Recorre-se aqui à utilização de gráficos que elucidam o fluxo comercial entre a China e os países que constituem os BRICS a partir dos dados de exportação e importação fornecidos pelo Ministério de Comércio Exterior de cada Estado, no intuito de asseverar a existência de uma extensão da parceria estratégica sino-brasileira ao âmbito multilateral.

O quarto e último capítulo deste texto investiga a dinâmica das relações comerciais entre a China e os países do ConeSul americano, salientando as especificidades no relacionamento comercial entre a República Popular da China e cada um dos cinco países da região. Para se comprovar a veracidade da afirmação de que o Brasil se configura como o principal parceiro comercial chinês na América Latina, são ilustrados aqui, por meio de

gráficos e tabelas elaborados frente a fontes primárias e secundárias, incluindo documentos de ambos os governos e de dados publicitados pela Organização das Nações Unidas, para a determinação dos impactos da parceria estratégica sino-brasileira para a economia do país.

## **1. Referenciais conceituais e teóricos:**

Esse capítulo possui a finalidade de ordenar, de forma breve e coesa, as terminologias e as conceituações que, ademais, serão utilizadas para uma melhor elucidação deste trabalho e da interpretação dos dados a serem apresentados. Embasando-se na “Teoria do Sistema-Mundo” das Relações Internacionais, sobretudo, nas teorizações de Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e Theotonio dos Santos, quanto ao conceito de semiperiferia do sistema-mundo, frente a hierarquização das desigualdades da economia mundial capitalista e sua busca por uma possível emancipação das estruturas estatais do centro, na conjuntura de uma crise na atual hegemonia orientadora do sistema.

Dessa forma, também serão introduzidos abaixo, as concepções e definições derivadas da cooperação para o desenvolvimento e que delimitam o core desta monografia, uma vez que, o encarecimento de possíveis relações político-econômicas com os países provenientes da periferia ou da semiperiferia não é um privilégio apenas dos grandes centros. No decorrer das últimas décadas do século XX e o início do século XXI, os Estados que a princípio eram classificados como periferias do sistema-mundo iniciaram um processo de gravitação em direção aos demais representantes desta mesma categoria, se alinhando de forma a enfatizar seus interesses particulares em um novo âmbito; o das relações Sul-Sul, dentro da qual, enfatiza-se aqui, as parcerias estratégicas.

Almeja-se analisar, por meio deste referencial teórico, a possibilidade de ascensão de um novo ciclo hegemônico de acumulação de capital, protagonizado pela China, e a reverberação das consequências desta mudança para o centro e a periferia do sistema. Posto que, assente no déficit apresentado pela balança comercial brasileira, verifica-se a probabilidade de que esta emergência não se legitime como uma contraversão ou transposição do centro e da periferia, mas apenas uma substituição de hegemonia cíclica que corrobora-se em uma nova possível dependência, desta vez, do Brasil (como representante da periferia pela exportação de commodities e a ameaça à sua indústria nacional), para com a China, hegemonia que concentra a produção industrial ativa e em massa.

## 1.1 O Sistema-mundo e a Economia-mundo capitalista.

O período que sucedera o repentino término da Guerra Fria, fundamentara-se como a gênese das Relações Internacionais Contemporâneas, mediante a ascensão de formulações teóricas anteriormente marginalizadas dos debates acadêmicos *mainstream*. Neste campo de estudos, novas temáticas e atores reformularam a agenda internacional em detrimento das inquietações clássicas do Estado unitário que gravitavam em torno das temáticas de segurança e defesa.

Neste sentido, aborda-se aqui a Teoria do Sistema Mundo e seus fundamentos básicos. Capitaneada por Immanuel Wallerstein, no início da década de setenta, em sua obra “The Modern World-System”, e disseminada pelos movimentos antiglobalização<sup>1</sup> que transcorreram a década de noventa, aquela descende do pensamento cepalino consolidado pela Teoria da Dependência<sup>2</sup> e da Escola dos Annales, especificamente, a segunda geração de teóricos dirigida por Fernand Braudel.

Mariutti (2012), salienta que é evidente a conformidade da Teoria do Sistema Mundo para com a Teoria da Dependência, não apenas pela similaridade na conceituação de terminologias como o centro e a periferia, mas também por instigar um recorrente debate sobre a assimetria do sistema e o complexo de exploração proveniente desta, premissas que serão explanadas no decorrer deste capítulo.

A herança deixada pela Escola dos Annales é, no entanto, verificada na ênfase histórica adotada pelos teóricos daquela vertente, em especial Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, que resgataram a análise do capitalismo a partir de uma perspectiva de longa duração, realizada precedentemente, por Fernand Braudel. As ondulações entre recorrências e alternâncias no lento decorrer de uma dimensão temporal multissecular prevista

---

<sup>1</sup> "O chamado “movimento antimundialização”, na expressão de Seoane e Taddei (2001), ou “antiglobalização”, como ficou conhecido através da mídia, se enquadraria como um movimento histórico. De fato, trata-se de um “movimento de movimentos”, ou ainda uma confluência de movimentos. Sendo que o ponto de identificação que os une é o reconhecimento comum dos gestores (dirigentes, organismos) da situação sistêmica que eles David Held e Anthony McGrew creditam Wallerstein como referência ontológica no decorrer de sua obra “Globalization/Anti-globalization: beyond the great divide”, assim como Amory Starr e Jason Adams referem-se a Wallerstein em seu livro “Anti-globalization: The Global Fight for Local Autonomy”. Giovanni Arrighi colaborou com Richard P. Appelbaum e William I. Robinson, por meio da autoria de um capítulo no livro “Critical Globalization Studies”, publicado em 2005 pela editora americana Routledge.

<sup>2</sup> A origem da Teoria da Dependência encontra-se, na década de 50, no pensamento elaborado pelo argentino Raúl Prebisch e outros teóricos vinculados à Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), os quais realizam uma crítica às explicações convencionais do desenvolvimento, a partir de uma perspectiva essencialmente econômica [...] afirmando que a economia dos países periféricos está condicionada pelo desenvolvimento e expansão das economias dos países centrais. (SILVA, G.J.C., 2008)

pela Teoria do Sistema Mundo, pode ser observada por meio da concepção de uma de suas premissas, o capitalismo histórico. (COBÉRIO, 2008).

Estabelecido em meados do século XV, o capitalismo histórico, pode ser brevemente caracterizado por um continuum temporal que se estende desde sua criação até o contexto contemporâneo, instigado por sinuosidades – tanto tímidas quanto explícitas – que fomentaram as transformações evidenciadas na historiografia deste período, mediante rupturas e continuidades das fases nas quais o sistema mundo capitalista fora dividido. (COBÉRIO, 2008; WALLERSTEIN, 2012)

É mister, na concepção dos teóricos engajados a esta teoria, particularmente na reflexão de Arrighi (1994), Wallerstein (2012) e Santos (2016), que o ‘mundo’ apresentado nesta teoria não é caracterizado como um sinônimo para ‘global’ ou ‘universal’, mas refere-se “a uma unidade relativamente grande (em termos de área e população), no interior da qual existe uma divisão axial do trabalho.” (WALLERSTEIN, 2012, p. 23).

Mariutti (2012), elucida brevemente a conceituação de Wallerstein sobre o sistema-mundo, ao salientar que estes são:

Um sistema social que possui limites espaço-temporais, estruturas, regras de legitimação e elevado grau de coerência. É dinâmico, pois os grupos que existem em seu interior estão constantemente envolvidos em uma luta para modelar o sistema em seu proveito. (MARIUTTI, 2012, p. 54)

Destarte, Osório (2010) reitera que o sistema-mundo capitalista denota uma predisposição progressiva a situações conflituosas, devido as discrepâncias provenientes da estrutura econômica capitalista, na qual segundo Arrighi (1994), o montante do capital é acumulado e centralizado em uma minoria poderosa também politicamente, o que acarreta em uma divisão díspar no sistema mundo, caracterizada por trocas desiguais e que se agravava no decorrer do capitalismo histórico. Como salientado por Wallerstein no trecho abaixo:

Sem trocas desiguais, não seria lucrativo expandir o escopo da divisão do trabalho. E sem esta expansão, não seria lucrativo manter uma economia-mundo capitalista, que neste caso iria se desintegrar ou ser revertida em um império-mundo. (WALLERSTEIN apud OSÓRIO, 2010, p. 54).

Faz-se então necessária a caracterização do conceito de economia-mundo capitalista. Chang (2012), assevera que esta originara-se da concepção de Fernand Braudel, na qual

apresentava-se como uma unidade coesa que gravitava em torno de seu próprio centro dinâmico, o que acarretava em uma “coexistência tensa entre zonas econômicas, de tal modo que os atritos não podem se anular para não ameaçar o poder central que orchestra a dinâmica do conjunto”. (CHANG, 2012, p.16). Chang (2012) afirma, também, que este processo histórico condiciona uma relação de subordinação ou dependência, salientada pela disparidade de poder apresentado pelo poder central e os demais membros do sistema.

Wallerstein (1974) agrega uma nova especificidade à concepção acima introduzida, a de que a economia-mundo capitalista se constitui por estruturas de produção interdependentes, regidas por um paralelo mais contemporâneo da “Lei do Valor”, também conhecida como “Lei do equilíbrio espontâneo”, que assegura a acumulação do capital mediante a encargos pré-estabelecidos de produção e trabalho. Estes fomentam a troca desigual entre os dominadores dos mercados de produção de alto valor agregado e aqueles que exercem uma produção de menor valor. (CHANG, 2012; WALLERSTEIN, 2012; MARIUTTI, 2012).

Posto isto, é passível de categorização que a economia-mundo se apresente como um arranjo coordenando das relações econômicas presentes no ciclo do sistema-mundo vigente, esteja este em um período turbulento ou não, promovida por uma fluida irrigação monetária, de bens ou serviços, que abrange a totalidade - ou a parte majoritária - do sistema-mundo. Este fluxo é harmonizado ou até mesmo sistematizado pelo centro, em especial, pela hegemonia do sistema-mundo em dado período histórico, que por vezes, fomenta a dinâmica de dependência centro-periferia intensificando as evidentes disparidades causadas pelo sistema capitalista.

No intermédio destes conflitos, e substancialmente relevante a este estudo, está a dinâmica de dependência promulgada por esta discrepância estrutural. Contudo, essa dinâmica não é proveniente apenas das relações tradicionais entre o centro, detentor da mais-valia do sistema capitalista e os meios versados de estimulação ao desenvolvimento, e a periferia, tardia e instável com um grau alarmável de problemas sociais, mas também a reprodução daquela no transcorrer das relações intra-periferia ou até mesmo entre semiperiferias do sistema-mundo.

Uma relação de dependência entre Estados classificados como a semiperiferia do sistema, como a ser analisada por este trabalho, ocorre a partir de uma disparidade quanto ao progresso e expansão do setor industrial na economia destes, ou seja, enquanto um dos

Estados promove o aperfeiçoamento da produção de seus manufaturados e, naturalmente, expande seu mercado por meio de um incremento as relações comerciais entre os dois países, o outro tende a apresentar uma propensão à reprimarização como a fonte principal de sua economia, o que pode ser interpretado como uma reprodução da lógica apresentada pelas relações centro-periferia.

Em uma visão análoga ao pensamento do teórico dependente Raul Prebisch, Wallerstein denota também a concepção de centro e periferia, incluindo um novo setor denominado semiperiferia ao sistema mundo vigente, no qual as desigualdades do centro para com a periferia do sistema estão cada vez mais evidentes (OSÓRIO, 2010; MARIUTTI, 2012), conceitos estes, que serão fundamentais para o discorrer deste trabalho.

Martin (2015) elucida as terminologias anteriormente apresentadas ao classificar o centro dominante e explorador como detentores da produção de manufaturados tecnológicos de alto valor agregado e profissionais altamente qualificados e especializados. Estes Estados possuem grandes capacidades materiais, no sentido econômico e militar, projetando de forma eficiente seu *hard power* para as demais zonas do sistema.

Por conseguinte, o autor assevera que a periferia do sistema mundo é caracterizada pela especialização em commodities e demais produtos primários, a serem explorados pelo centro do sistema. Por muitas vezes, estes Estados não possuem ou não conseguem exercer a sua soberania de forma plena, e por isso não conseguem se projetar nas demais áreas do sistema de forma eficiente, seu cenário interno é composto por disputas territoriais, étnicas e religiosas. (MARTIN, 2015)

A semiperiferia do sistema, de acordo com Mariutti (2012), se caracteriza como um intermédio híbrido entre o centro e a periferia, apresentando características de ambos os setores. Esta é “razoavelmente favorecida pela divisão do trabalho [...] atuando como uma zona periférica para os Estados do centro e, simultaneamente, como centro com relação à periferia.” (MARIUTTI, 2012, p.55), desempenhando, assim, um potencial para acarretar modificações ao prosseguimento da economia-mundo capitalista, a partir do momento em que as oscilações do próprio sistema mundo pode ocasionar a transição destes países para a periferia em momentos de profunda crise ou uma possível ascensão ao centro mediante as trocas de hegemonias no sistema.

Martin (2015) acrescenta que os manufaturados provenientes da semiperiferia, por vezes, limitam-se a produção leve ou de baixo valor agregado, absorvendo as tecnologias formuladas no centro do sistema e possuindo um tímido ou não desenvolvido incentivo a pesquisa, demonstrando uma baixa especialização da mão-de-obra local, ou a alta especialização de poucos.

À vista disto, Wallerstein (1974), alerta que os sistemas mundo são um conceito findo. Uma vez que “eles perfazem seus itinerários históricos de acordo com o conjunto de regras que definem e governam o sistema; e eles finalmente se afastam tanto do equilíbrio que o sistema entra em uma crise estrutural terminal”. (WALLERSTEIN, 2012, p.24).

Arrighi evidencia a existência de três fatores caracterizantes para a determinação daquelas crises estruturais ao longo dos séculos, são estas: “a intensificação da competição interestatal e interempresarial; a escalada global dos conflitos sociais; e o surgimento intersticial de novas configurações de poder” (ARRIGHI, 2001, p.38), que poderão substituir a hegemonia vigente no sistema mundo.

Por conseguinte, apresenta-se os dois cenários verificados a partir de uma crise estrutural terminal de um sistema e exemplificados a partir de terminologias derivadas das ciências físicas: “a entropia (como, por exemplo, o colapso do Império Romano) ou, de forma alternativa, a ultrapassagem das assíntotas, isto é, um afastamento dos pontos de equilíbrio que leva o sistema para a zona de bifurcação, tornando-o intrinsecamente imprevisível”. (MARIUTTI, 2012, p.56).

Como previamente denotado por Mariutti (2012), as crises e instabilidades do sistema por vezes afetam a dinâmica dos relacionamentos entre os atores presentes no sistema-mundo, ocasionando em uma oscilação pertinente a posição das entidades semiperiféricas, alternando-as entre um centro emergente e uma periferia com um maior grau de desenvolvimento e facilitando interações que absentem a presença do centro. Como tal, explora-se abaixo, um tipo de cooperação na periferia do sistema-mundo, especificamente a uma ramificação desta; a parceria estratégica frente a cooperação sul-sul.

## 1.2 Cooperação Sul-Sul e Parceria Estratégica

Embasada pela institucionalização da Organização das Nações Unidas, pelo estabelecimento e a ratificação dos acordos de Bretton Woods<sup>3</sup>, pelo aprofundamento e a difusão da Doutrina Truman<sup>4</sup>, capitaneada pela hegemonia capitalista vitoriosa na Segunda Guerra Mundial, mediante a execução do Plano Marshall<sup>5</sup> e, posteriormente, os movimentos de descolonização e independência que eclodiram em território africano e asiático no decorrer do século XX (PUENTE, 2010) a Cooperação Internacional para o desenvolvimento, oriunda do término da Segunda Guerra Mundial, florescera como uma factível alternativa às políticas vigentes e predominantes na agenda do centro mundial, frente a periferia do sistema-mundo no decurso desta conjuntura. Aquela, retém a conceituação de:

Relações de cooperação em âmbito internacional, promovidas por entidades públicas ou privadas, que resguardam de forma prioritária, o incentivo ao progresso e a intensificação de políticas que promovam o desenvolvimento e o fortalecimento econômico e social de um país. (ALONSO; GLENNIE, 2015 em tradução livre).

A despeito dos fundamentos propulsores da Cooperação para o desenvolvimento, Degnbol-Martinussen (2004) salienta que estes devem ser analisados em sua totalidade, pois a maioria destes apresentam-se concomitantemente e não em detrimento dos demais, e os classifica como coeficientes políticos, econômicos, sociais, geoestratégicos, ideológicos, morais e éticos que acarretam em quatro exequíveis modelos de cooperação: a cooperação bilateral, a cooperação multilateral, a cooperação triangular e a cooperação fomentada pela atuação de agentes sociais e privados.

Ademais, é passível de asserção que a categorização de políticas ou relações no âmbito internacional como cooperações para o desenvolvimento alicerçam-se em três pilares: o primeiro destes alude sobre a origem destas relações, especificamente sobre a atuação dos Estados ou dos atores sociais particulares como o fomentador daquela. O segundo, refere-se as vias pelas quais estas serão realizadas e os instrumentos que conduziria as políticas para o desenvolvimento aos resultados esperados por parte de seus atores. E por fim, o terceiro pilar

---

<sup>3</sup> O sistema Bretton Woods, baseado nos modelos econômicos de White e Keynes, fora estabelecido em 1944, e constituía-se de normas que regulavam a corrente comercial e financeira entre os países industrializados, criando assim, uma ordem monetária e o estabelecimento da paridade ouro-dólar. (VALLONE, 2009)

<sup>4</sup> Define-se por Doutrina Truman, um conjunto de políticas de ações dos Estados Unidos no íterim da Guerra Fria, com o intuito de conter a expansão do comunismo. (CERVO; BUENO, 2015).

<sup>5</sup> "Em 5 de Junho de 1947 o general George Marshall — recém-nomeado secretário de Estado dos EUA — proferiu na Universidade de Harvard o discurso em que era divulgada a intenção norte-americana de apoiar todos os países depauperados pela Segunda Guerra Mundial na sua obra de recuperação económica." (ROLLO, 1994, p.3)

ênfatiza o nível de desenvolvimento dos Estados envolvidos no decorrer deste processo. (ALONSO, 2005)

Com o intuito de desempenhar a presente análise de forma sucinta e nítida, delimita-se neste apenas ao estudo de uma cooperação para o desenvolvimento originada a partir da iniciativa pública dos Estados acordados, realizada de forma bilateral – e de certa medida, também em um âmbito multilateral – mediante a Cooperação Sul-Sul, a partir de fluxos de comércio e de transição tecnológica, que visam o desenvolvimento de ambos os Estados, uma vez que tanto a República Popular da China<sup>6</sup> quanto a República Federativa do Brasil se encontram na semiperiferia do sistema-mundo.

Desta forma, Altemani (2008) parafraseia Unido (1993) ao evidenciar que a Cooperação entre países confinados a periferia ou a semiperiferia do sistema, configura-se como um meio e um fim, ou seja, como uma via de atuação para a reforma da configuração da economia-mundo vigente no ciclo hegemônico e como um propósito à ser alcançado.

Posto isto, é imperativo a elucidação de uma terminologia anteriormente citada, a Cooperação Sul-Sul. Leite ressalta um amplo leque de definições para conceituar esta modalidade de Cooperação para o Desenvolvimento, referindo-se a aquela como:

Um amplo conjunto de fenômenos relativos às relações entre países em desenvolvimento - formação de coalizões de geometrias múltiplas, barganha coletiva em negociações multilaterais, arranjos regionais de integração, assistência para o desenvolvimento, intercâmbio de políticas, fluxo de comércio e de investimentos privados. (LEITE; 2012. p.1)

Continuamente, frente as circunstâncias que predispuseram o desdobramento e o término da Guerra Fria no decênio de oitenta e de noventa, a autora salienta que as relações entre os países da periferia do sistema-mundo acentuaram-se na agenda política destes por intermédio de uma exacerbação inédita de iniciativas concretas de cooperação. Contudo, isto não propicia uma harmonia imediata. Iara Leite (2012) atesta que a intensificação de qualquer relação faculta, também, a emergência ou manifestação de conflitos.

---

<sup>6</sup> Apresenta-se neste trabalho, a China como um representante da semiperiferia do sistema, pois no período delimitado para melhor manuseio dos dados analisados, que se inicia em 2001 e cessa em 2014, a República Popular da China ainda apresentava características híbridas entre o centro e a periferia do sistema-mundo. Contudo, ainda que a economia chinesa apresente uma estagnação, talvez, no transpassar dos anos a China poderá ser permanentemente classificada como parte do centro do sistema-mundo, e não apenas em momentos de crises da economia-mundo.

Os primeiros registros de Cooperação Sul-Sul incitados pela República Popular da China foram observados no decorrer da década de cinquenta. Apontado como o marco histórico primacial daquela, a presença do primeiro-ministro chinês Zhou Enlai à Conferência de Bandung<sup>7</sup>, em território indonésio no ano de 1955, permanece arraigada aos fundamentos da política externa chinesa, como apresenta Altemani (2010), uma vez que fora nesta Conferência que Zhou Enlai junto de Jawaharlal Nehru, o então primeiro-ministro indiano, discursaram sobre os Princípios da Coexistência Pacífica, salientando cinco diretrizes principais: “respeito mútuo à soberania e integridade territorial; não agressão mútua; não interferência nos assuntos internos; igualdade e mútuo benefício” (ALTEMANI, 2012.p. 76)

Todavia, a diligência chinesa frente a Cooperação Sul-Sul, sobleva de forma nítida o âmbito financeiro ao abarcar “parcelas substantivas de cooperação financeira, mediante a empréstimos concessionais, doações, cancelamentos de dívidas e obras de infraestrutura”, como é evidenciado por Puente (2010, p.208). Estas, podem ser constatadas, particularmente, com a atuação e a agenda chinesa frente aos Estados africanos e latino-americanos.

O autor, também aborda os princípios oficiais da cooperação promovida pelo Estado chinês, que introduz dois novos pilares aos princípios anteriormente apresentados: a ausência de condicionalidades político-econômicas e a sinceridade (esta, interpretada por Puente como uma subjacente discrepância ao pilar da ‘solidariedade’, oriundo das políticas do centro para com a periferia do sistema.). Definindo, por fim, uma inclinação por parte do Estado chinês em antever a cooperação econômica, em detrimento da cooperação técnica e científica, ao inferir o intercâmbio comercial para a expansão de seu mercado.

Por conseguinte, Patrícia Soares Leite (2011), assevera que a alteração do eixo de cooperação tradicional da diplomacia brasileira para a inserção de uma matriz Sul-Sul, ocasiona-se em três períodos: o governo de Jânio Quadros e João Goulart, anteriores a ditadura militar brasileira, a gestão do General Ernesto Geisel, já no decorrer deste íterim, e os dois mandatos exercidos por Luiz Inácio “Lula” da Silva, nos anos 2000.

---

<sup>7</sup> "Realizada em 1955, a Conferência de Bandung expressou a vontade dos Estados africanos e asiáticos em afirmar sua soberania recém conquistada, e findar seus processos de independência com a defesa de desenvolvimento autêntico, coerente e independente para benefício de suas sociedades. (...) A conferência caracterizou-se como a primeira internacional de nações não centrais, cujo direitos haviam sido negados pelo colonialismo e imperialismo histórico." (BRESSAN, Regiane Nitsch; Salles, Marcus Maurer; 60 anos após Bandung: Novas visões a partir do Sul. 11 Anuario de Integración Lationoamericana y Caribeña. Managua, 2015, p. 14)

A autora argumenta que as diretrizes da Política Externa Independente, o Pragmatismo responsável e a política externa promovida por Lula durante seu governo “Diversificaram as relações brasileiras, incorporando o Sul, em termos políticos, econômicos e de cooperação técnica, tanto no discurso quanto na prática, e as destituíram de viés ideológico.” (LEITE, 2011 p.203). Ocasionalmente no que Altemani (2012) classifica como um estímulo a fomentação de uma bifurcação na atuação de sua agenda, sem as alterações basilares de sua política para com os parceiros tradicionais do centro mundial, ou seja, promoviam a universalização e a independência da política externa brasileira, com a busca de novos atores e relacionamentos, para além-fronteiras.

Leite denota que o corpo diplomático brasileiro almeja a integração regional em razão de sua pertinência político-econômica, contudo, a geografia não é um fator limitador ao que se diz respeito a articulação de parceiros e de coesões em foros mundiais de debate, uma vez que o Estado brasileiro se debruça sobre temas relevantes a periferia do sistema nestas negociações. A exemplo destes, têm-se “a transformação do comércio em promotor do desenvolvimento, o fim da descolonização e o desarmamento. (LEITE, 2011, p.204)

E posto isto, em conformidade com o argumento de Leite (2011), o Brasil busca o auxílio de outros Estados periféricos, uma vez que denominadores comuns em suas pautas sejam identificados, para o estabelecimento de alianças estratégicas (em suas diversas formas geométricas), que fortaleçam a posição favorável ao interesse nacional nos foros multilaterais de atuação.

Destarte, transfigura-se necessário, aqui, a determinação de uma terminologia para o conceito de parceria estratégica. Lessa (1998), introduz aquela como “relações políticas e econômicas prioritárias reciprocamente remuneradoras, constituídas a partir de um patrimônio de relações bilaterais universalmente configurado”. O autor, ademais, versa acerca da relevância de um denominador comum entre os atores, em especial, ao que se diz respeito as relações entre representantes da periferia do sistema-mundo, que resguardariam e empenhariam sua atuação a concretização de um objetivo comum, e que originaria ganhos mútuos.

Contudo, na conjuntura atual da academia brasileira, existe um conjunto de analistas que manifestam uma apreensão frente a popularização e vulgarização do conceito de parceria estratégica, em consequência da constante atribuição do termo como um atributo mundano a relações que divergem de coalizões políticas e cooperações econômicas que acarretariam em

benefícios para ambas as partes. Entretanto, estes mesmos autores, corroboram que nas relações sino-brasileiras, o conceito é corretamente conferido, e as motivações para tal afirmativa serão abordados nos capítulos posteriores a este. (LESSA, 1998; ABREU, 2008; BECARD, 2008; ALTEMANI, 2012).

Já a partir da perspectiva óptica chinesa, a etimologia do conceito de parceria estratégica, em conformidade com a análise de Niu (2010), Shang (1999) e Gonçalves e Brito (2010), ao salientarem que segundo o tradicionalismo cultural chinês, o termo “parceiro” (伙) é representado como bastante significativo, uma vez que a conjuntura de traços que formam esta palavra, deriva dos caracteres ‘人’ e ‘火’, traduzidos respectivamente em ‘pessoa’ e ‘fogo’. Como versado abaixo:

Parceiros são os dez soldados que usam o mesmo forno para se aquecerem e se alimentarem; são os “parceiros do fogo”, denominação que, com o passar do tempo, estendeu-se a todos os soldados pertencentes à mesma companhia. Assim, o termo “parceria” significa aqueles que se sentem comprometidos a correr riscos juntos e compartilham os benefícios obtidos. (GONÇALVES; BRITO, 2010, p.12).

Hao Su (2009), sobre as titulações das relações bilaterais formadas pela República Popular da China frente a seu corpo diplomático, elucida que aquelas são categorizadas em quatro diferentes níveis<sup>8</sup>: 1) Parceria Estratégica; 2) Parcerias Abrangentes; 3) Parceria Cooperativa e Amigável, 4) Relações de Cooperação Amistosas. Estas, aqui apresentadas de forma decrescente quanto sua relevância, são estabelecidas a partir de quatro diretrizes, as

---

<sup>8</sup> O quarto nível denominado "relações de cooperação amistosa" foram iniciadas pela China com o fim da Guerra Fria, visando uma relação amistosa entre os países fronteiriços ao manter a estabilidade da reciprocidade em sua cooperação. Alguns exemplos destas são: Coreia do Norte, Filipinas, Vietnã, Malásia e Bruma, ao decorrer da década de noventa, esse nível fora estendido a outras nações geograficamente mais distantes como a Austrália, a Itália e a Romênia.

A "Parceira Cooperativa e Amigável" é reservada apenas à países com elevada relevância geográfica a China, em especial, outros membros da periferia do sistema mundo no continente asiático com o objetivo de criar um estreitamento de suas relações amistosas por meio de uma parceria para a cooperação e o desenvolvimento. Entre esses encontram-se a Mongólia, o Nepal, Indonésia, Tailândia, Laos.

O segundo nível é dedicado as "Parcerias Abrangentes" e representa um esforço chinês para o estabelecimento de cooperações com países que possuem determinada importância (seja esta política, econômica, geográfica, histórica ou cultural) não apenas entre o território asiático, mas com o resto do mundo. Aqui, o autor salienta a abrangência de acordos de cooperações bilaterais e destaca que entre os países classificados neste nível encontra-se: Bangladesh, Chile, Peru, Coreia do Sul, Etiópia. Também deve-se notar que antes da criação da terminologia "parceria estratégica", o próximo e mais alto nível das relações diplomáticas chinesas, muito dos países centrais da Europa eram classificados nesse nível.

Por fim, o primeiro nível denominado "Parceira Estratégica", fora criado apenas na década de noventa, com a visita do então presidente chinês Jiang Zemin ao Brasil, o que tornara o Brasil, a primeira parceria estratégica já estabelecida pela China. Este nível é destinado apenas as relações que superam as relações bilaterais em termos de importância e podem ser classificadas sob os pilares da igualdade, confiança e coordenação mútua, geralmente refletida em diversas esferas de influência. Algumas das parcerias estratégicas chinesas são para com o Brasil, a Rússia, a União Europeia, a Inglaterra, a Índia, os Estados Unidos, a Argentina e o Japão. (SU, 2009)

principais delas se configuram como o almejo da cooperação para o favorecimento de objetivos comuns e a confirmação empírica do fortalecimento das relações entre ambos os países.

Atesta-se assim, que a parceria estratégica representa o patamar estrutural mais alto compartilhado pela diplomacia chinesa. Logo, as relações sino-brasileiras sobrepujaram de forma evidente as demais relações de cooperação entre a China e os outros representantes da periferia do sistema, ao serem instituídas como a primeira parceria estratégica firmada pela potência asiática. (ALTEMANI, 2012).

## **2. AS RELAÇÕES BRASIL-CHINA**

A luz do que fora anteriormente denotado, este capítulo possui o intuito de explicar e relatar a trajetória historiográfica percorrida por Brasil e China, desde o estabelecimento de suas relações diplomáticas até a formalização de sua parceria estratégica, enfatizando os incidentes basilares e imprescindíveis que acarretaram no estreitamento daquela, e utilizando-se de fontes primárias como documentos disponibilizados pelo corpo diplomático brasileiro e chinês e os dados referentes à balança comercial Brasileira para com a China para melhor ilustração deste relacionamento.

Inicialmente, trilha-se por meio de uma breve análise da política externa brasileira e chinesa a partir de uma perspectiva histórica, expondo eventos substanciais que culminaram na eventual oficialização de uma parceria estratégica entre ambos os países, fornecendo assim, um ponto de partida basilar para o estudo daquela.

Posteriormente, realiza-se um estudo diligente a respeito da parceria estratégica sino-brasileira, introduzindo suas características e seus principais princípios, como apresentados pelo corpo diplomático de ambos os Estados por meio de tratados e acordos. Além de recorrer-se a uma breve análise (a ser expandida posteriormente com o desenvolver deste trabalho) dos dados referentes a exportação e importação comercializadas pelo Brasil e pela China delineados em dois gráficos.

### **2.1 A POLÍTICA DAS RELAÇÕES BRASIL-CHINA**

Subsequentemente à Conferência de Bandung, nos primeiros anos do decênio de sessenta, a República Popular da China almejava a estipulação de um relacionamento político para com outros Estados alocados na periferia do sistema-mundo, notadamente, a Ásia, a África e a América Latina. No entanto, esta pretensão encontrara obstáculos e empecilhos No continente americano em virtude da hegemonia capitalista na região e da falta de recursos financeiros dos países de colonização ibérica. (BECARD, 2011). Aquele peculiar empecilho, verifica-se em decorrência do repúdio e o temor estadunidense frente a uma ameaça comunista no lado ocidental do Oceano Pacífico, motivação esta que acarretara na ratificação

de dois relevantes tratados: o Tratado interamericano de assistência recíproca (TIAR)<sup>9</sup> e a Carta da Organização dos Estados Americanos<sup>10</sup> (AYERBE, 2002), e também, na possibilidade de um fim prematuro das pretensões chinesas no continente.

Todavia, no transcorrer do mesmo período, concomitantemente, as diretrizes da política externa brasileira vigente perpassaram por uma inflexão, propiciada pela concepção de que “desacordos ideológicos não deveriam impedir que o país mantivesse relações com todos os povos.” (BECARD, 2011, p. 32). A assomada desta nova formulação, denominada Política Externa Independente (PEI), portava o intuito de distanciar-se das orientações provenientes da política externa norte-americana, para a implementação de políticas nacionais-desenvolvimentistas, que como apresenta Leite (2011), salientava a diversificação das relações do Estado brasileiro para além de suas alianças tradicionais, pautada nos princípios da universalização e a autonomia.

Destarte, uma sutil e breve aproximação pode ser observada, uma vez que os governos de Jânio Quadros e João Goulart exerceram uma diplomacia norteadada fundamentalmente, pela defesa do interesse nacional, em detrimento de aproximações ideológicas. Como frisa Altemani (2005), o que realçara a possibilidade da concepção de conformidade político-econômicas para com os demais países da periferia do sistema-mundo que pretendia:

[...] uma complementaridade que reforçasse os esforços conjuntos para a superação do subdesenvolvimento. [...] acreditava-se na necessidade de abertura de novos mercados que pudessem consumir as produções superiores às necessidades internas. (ALTEMANI, 2005, p. 92).

Denominado por Cervo e Bueno (2015) como “Um passo fora da cadência”, o primeiro governo instituído pelos militares em 1964 sob a administração de Castello Branco rompeu com as diretrizes da Política Externa Independente, até então contínua, ao reafirmar a

---

<sup>9</sup> O Tratado Interamericano de assistência recíproca, mais conhecido por seu acrônimo TIAR, fora celebrado em 09 de fevereiro de 1947 na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, e ratificado por 23 países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA). Este tratado visava a defesa e a segurança mútua do continente americano, uma vez que um ataque soviético contra qualquer um dos países membros seria também um ataque a todos os outros Estados nos quais o tratado se encontrava em vigor. (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, Rio de Janeiro, 1947).

<sup>10</sup> Tendo como palco a IX Conferência Internacional Americana, em 30 de abril de 1948, em Bogotá na Colômbia, a Carta da Organização dos Estados americanos, afirma em seu primeiro artigo que "Os Estados americanos consagram nesta Carta a organização internacional que vêm desenvolvendo para conseguir uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência. Dentro das Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos constitui um organismo regional." (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, Bogotá, 1948)

posição de alinhamento automático e apoio a hegemonia capitalista do ocidente. Fato que ocasionara uma nova, e mais profunda egressão para com a China, embasada nas mesmas motivações que ocasionara empecilhos para o estabelecimento das relações sino-latino americanas no término da década de cinquenta e nos primórdios da década de sessenta. (BECARD, 2011)

Restaurada pelo governo Costa e Silva, em 1967, as linhas gerais da Política Externa Independente perpetuaram-se até o decênio de setenta. E na conjuntura apresentada pelo intervalo de tempo acima apontado, como denota Becard (2011), a China preludia uma reforma em sua política externa, mediante a transição de seu posicionamento isolacionista para uma inserção no sistema-mundo, caracterizada por maior autonomia e pragmatismo almejando o desenvolvimento nacional.

Posto isso, como compreendido por Leite (2011), é passível de asserção que a década de setenta se categoriza pela ascensão de uma conjuntura multipolar, sobretudo, no âmbito econômico, a datar da emergência competitiva de outros países do centro mundial, a exemplo da Alemanha na Europa e o Japão na Ásia. O que sistematiza, de acordo com Altemani (2005), a possibilidade de atuação ampliada na conjuntura do sistema, uma vez que os Estados periféricos obtiveram acesso a capital externo para a propagação de seus desenvolvimentos independente das demandas e concessões exigidas pelas Organizações Internacionais vigentes.

Por conseguinte, como denota Gowan (2003), os Estados latino-americanos não foram capazes de formular, de forma eficiente, um plano de ações que regulasse e reparasse suas políticas macroeconômicas, frente as reverberações da decisão unilateral norte-americana de estipular um novo modelo monetário-financeiro ao romper com o padrão ouro-dólar, mediante a flutuação das taxas de juros do país, no ínterim da década de setenta, de forma a reafirmar sua posição como hegemonia do sistema.

Fundamentado nesta conjuntura, a economia mundial demandava a internacionalização das nações periféricas. Dessa forma, a política externa brasileira transita por uma nova reforma, adquirindo uma inserção tática no sistema-mundo, atribuída a uma diretriz mais pragmática proposta pela diplomacia do governo de Ernesto Geisel, que diversificara as relações do corpo diplomático brasileiro, universalizando, assim, a política externa brasileira. (ALTEMANI, 2005)

Posto isto, em 15 de agosto de 1974, em Brasília, fora firmado o estabelecimento oficial das relações sino-brasileiras, por meio do “Comunicado Conjunto sobre o estabelecimento das relações diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China” assinado pelo ministro das relações exteriores brasileiro, Azeredo da Silveira, e o vice-ministro do comércio exterior chinês, Chen Chieh. Este documento estipula que:

Os dois Governos concordam em desenvolver as relações amistosas entre os dois países com base nos princípios de respeito recíproco à soberania e à integridade territorial, não-agressão, não-intervenção nos assuntos internos de um dos países por parte do outro, igualdade e vantagens mútuas e coexistência pacífica. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1974.)

Contudo, ainda que a conjunção do cenário mundial se configure como favorável ao início desta cooperação, Becard, salienta divergências à aquela, uma vez que, “Assim como o Brasil, a China carecia, naquele momento, de recursos para incrementar as relações Sul-Sul. Por sua vez, o entendimento mútuo era dificultado pelas grandes distâncias físicas e culturais e conhecimento incipiente das realidades nacionais.” (BECARD, 2011, p.33)

Não obstante, quatro anos depois, fora firmado em Pequim, pelo diplomata de carreira Aluísio Rego e o representante do governo chinês, Li Chiang, o primeiro acordo governamental Brasil-China, que rege sobre a temática comercial entre os dois países, como salientado por seu primeiro artigo e versado abaixo:

As Partes Contratantes comprometem-se a envidar os maiores esforços e tomar todas as medidas necessárias para fomentar e ampliar o comércio entre os dois Países, aumentar gradualmente a variedade do intercâmbio de mercadorias e fazer o possível para manter o seu equilíbrio comercial. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Pequim, 1981, p.3)

Este acordo acarretou, segundo Becard (2011), em uma evidente fomentação das relações comerciais sino-brasileiras, devido a evolução progressiva das correntes de comércio, já que:

[...] indo de US\$ 19,4 milhões em 1974 para US\$ 202 milhões em 1979. Produtos primários como algodão, açúcar e farelo de soja figuraram entre os mais exportados para a China naquele momento (50% do total), enquanto, sobretudo, elementos químicos e farmacêuticos (67% do total) foram os produtos chineses mais importados pelo Brasil. A partir de 1978, o petróleo passou a representar mais de 95% dos produtos importados da China por brasileiros. (BECARD, 2011, p.33)

A conjuntura explanada anteriormente é uma reverberação do transcurso de abertura econômica pelo qual a República Popular da China estava sujeita na década de oitenta, e está

é passível de interpretação como um prelúdio das pretensões chinesas no sistema mundo, como evidenciam Dementev e Moreira (2009), em decorrência da elevação das condições de importação e exportação, respectivamente, é que a capacidade de produção chinesa de bens de capital despontava, ocasionando em balanças comerciais superavitárias.

Destarte, alicerçado na análise de Dementev e Moreira (2009), não é espantoso que desde o término dos anos oitenta e do início dos anos noventa, o comércio internacional enraizara-se como um dos elos mais relevantes na agenda da política externa e na economia chinesa. Já no Brasil, no transcorrer do mesmo período de tempo, a política externa desenvolvida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso visava acentuar a integração regional, preservar a diversificação das relações bilaterais, reforçando a presença e a posição nacional frente as organizações econômicas mundiais, ressaltando a aproximação política para com a China, a Índia e a África do Sul resultante desta atuação. (VIZENTINI, 2005)

No perpassar dos anos noventa, observa-se a consolidação e a elevação das relações sino-brasileiras ao patamar de ‘parceria estratégica’, notadamente em 1993, com o reconhecimento desta por parte de ambos os Estados. A parceria estratégica sino-brasileira, promoveu o desenvolvimento das áreas de tecnologia, construção e comercial, além do estreitamento das relações bilaterais entre Brasil e China, uma vez que, de acordo com Becard, “o corredor comercial sino-brasileiro dispunha de cerca de US\$ 820 milhões referentes a exportação e US\$ 460 milhões em importação”. (BECARD 2011, p.37)

## 2.2 A PARCERIA ESTRATÉGICA

O estabelecimento de uma parceria estratégica sino-brasileira sucedeu-se oficialmente no ano de 1993, como anteriormente mencionado, mediante ao progressivo fluxo de visitas oficiais por parte de representantes do alto escalão político e diplomático chinês ao Brasil. Estas se iniciaram um ano *a priori*, com a visita do então primeiro-ministro Li Peng em junho, seguida de Qian Qichen, conselheiro de Estado e Ministro de Negócios Estrangeiros, em março de 1993. Ademais, percorreram o território brasileiro, o primeiro-ministro Zhou Rongji, que classificara em seu discurso a relação sino-brasileira como uma parceria estratégica pela primeira vez, oficialmente obtendo o reconhecimento desta por parte dos dois governos (SILVA, 2004), e o presidente da República Popular da China, Jiang Zemin.

Dick (2006) denota que naquela visita, Jiang Zemin auferira alguns dos princípios firmados para o estabelecimento de cooperação bilateral com seu país, os quais visavam o acirramento das relações comerciais, a fim de melhor estabelecer as relações Sul-Sul, bem como a construção de uma parceria que trouxesse benefícios para ambos os países. Assim, reitera-se a ideia de que a parceria estratégica entre os dois países se fundamentava, principalmente, em três pilares: a cooperação político-econômica, comercial e na área de ciência e tecnologia. (FUJITA, 2003; SILVA, 2004; DICK, 2006; GONÇALVES; BRITO, 2010).

Presumivelmente, o maior exemplo destes fundamentos da parceria estratégica sino-brasileira durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, fora a visita do presidente brasileiro à China em dezembro de 1995. Essa fora a responsável por o que Binato (2010), denomina “reiterar, no mais alto nível, seus principais interesses econômicos-comerciais na China. ” (BINATO JR, 2010, p.82) por meio da assinatura do Acordo sobre Segurança Técnica sobre o Desenvolvimento do CBERS, que previa o lançamento adicional de quatro satélites, ademais do que fora estabelecido pelo acordo de 1988, e a Ata de Entendimento sobre o Fortalecimento e a Expansão da Cooperação Tecnológica Espacial Brasil-China. Esta última denota que:

Ambos os lados decidiram estabelecer uma empresa bilateral com o propósito de comercializar internacionalmente os produtos CBERS conjuntamente desenvolvidos. [...] ambos os lados expressaram o desejo de cooperar nesses e em outros novos projetos de satélites, em base de igualdade e benefício mútuo. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES; Beijing, 1995).

Os índices referentes as relações comerciais sino-brasileiras anteriores ao estabelecimento da parceria estratégica refletiram em “aproximadamente US\$ 820 milhões em exportações e US\$ 460 milhões em importações [...] levando as autoridades de ambos os países a considerar a parceria conduzida entre Brasil e China como sendo estratégica. ” (BECARD, 2011, p. 37). Tornando, dessa forma, saldo da balança comercial desfavorável ao Brasil e favorável para ao país asiático (AVILA, 2009). Em contrapartida, é passível de afirmação que as duas décadas que sucederam o ano de 1987, apresentaram uma inversão no saldo da balança comercial brasileira. (DEMENTEV; MOREIRA, 2009).

Isto é evidenciado, em primeiro lugar, pela adução por parte do Brasil perante a China, ao que se diz respeito a suas pretensões econômicas e comerciais no território asiático. Acarretando na atuação de entidades privadas brasileiras no setor de infraestrutura do projeto

desenvolvimentista do governo chinês, na expansão do setor agrícola na pauta brasileira de exportação para a China, e por fim, na necessidade de se configurar uma nova agenda comercial entre ambos os países (CEBC, 2015).

Empiricamente, a afirmação de Dementev e Moreira (2009), corrobora-se a partir dos dados expostos pelo Conselho Empresarial Brasil-China (2015), o qual afirma que:

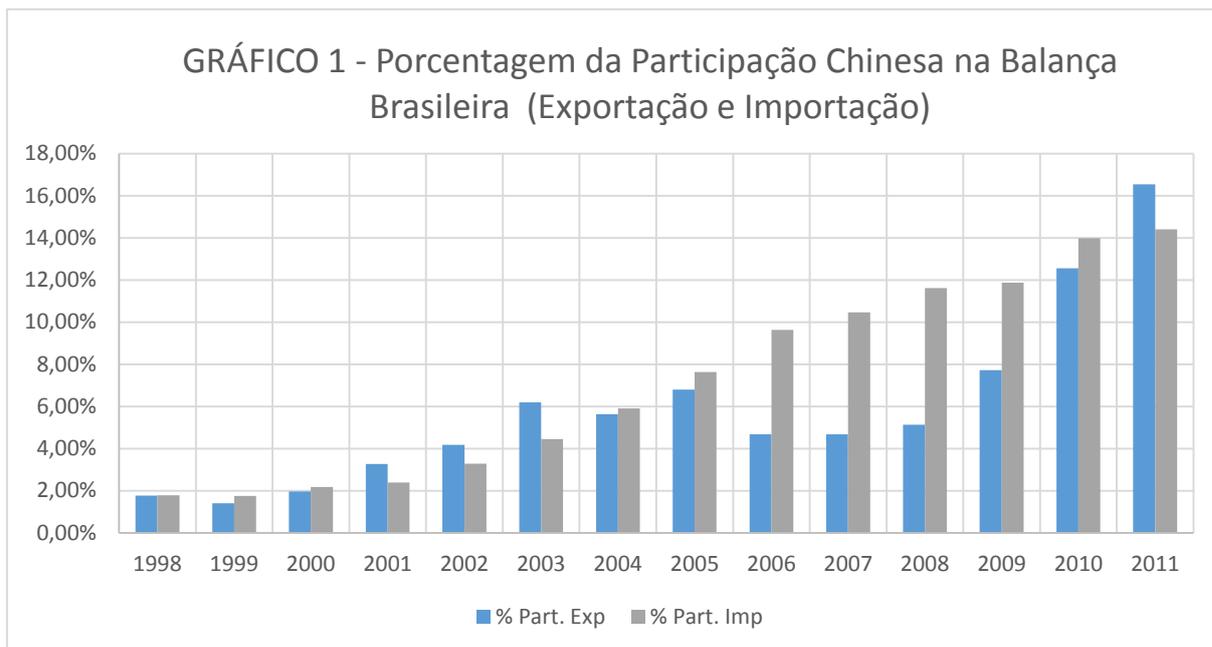
Em 1994, a corrente comercial alcançou o valor de US\$ 1,3 bilhão, marcando um novo recorde histórico, com crescimento quase ininterrupto nos anos seguintes. Apesar da elevação das importações oriundas da China, o Brasil se mantinha em posição superavitária, uma vez que as exportações brasileiras para o país asiático passaram de US\$ 226 milhões em 1991 para US\$ 1,2 bilhão em 1995, um aumento de cerca de 500%. (CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA, 2015, p.6)

Nos anos noventa, configurara-se também como o primórdio de uma relevante ascendência de itens manufaturados intermediários no inventário brasileiro de importação, em detrimento dos consoantes itens não energéticos. Decorrentes da integração chinesa à economia-mundo, notadamente as cadeias de produção, em virtude dos baixos custos e progressiva eficiência do crescente setor chinês de produção. (SHANG, 1999).

Contudo, o contínuo desenvolvimento comercial e econômico da parceria estratégica sino-brasileira sofrera uma inflexão nos anos que precederam o término da década de noventa, ocasionada pelo condicionamento externo do sistema-mundo, como evidenciado por Altemani (2012) e Binato Jr. (2010), e quantificado pelo Conselho Empresarial Brasil-China (2015, p.7):

A economia chinesa foi afetada pela crise financeira asiática de 1997, ano em que as exportações do país se reduziram sensivelmente por conta da desvalorização cambial na maior parte de seus países vizinhos. Uma Crise financeira análoga atingiu diretamente o Brasil no final de 1998, conduzindo à flutuação cambial do Real em janeiro de 1999 e levando à redução da demanda por importações chinesas. Após se manter em um patamar de US\$ 2,2 bilhões nos anos de 1995-1997, o intercâmbio comercial entre o Brasil e a China se reduziu acentuadamente em 1998 e 1999, chegando naquele último ano ao seu patamar mais baixo desde 1994: US\$ 1,54 bilhão.

Esta retração pode ser claramente evidenciada no gráfico ilustrado a baixo, uma vez que no ano de 1998, a participação chinesa na balança comercial brasileira denotava uma porcentagem de 1,77%, a despeito da exportação, e 1,79% na importação. No ano seguinte, observa-se um decréscimo de 0,36% frente a 1998 na porcentagem de exportação, e de 0,30%, no que se refere à importação:



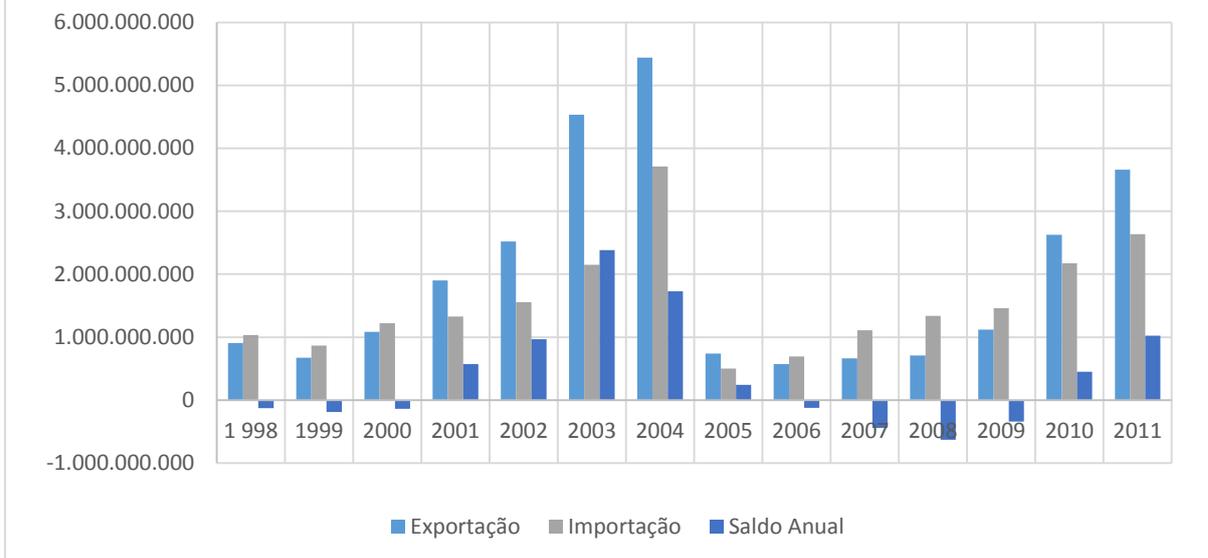
Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior  
Própria

Elaboração

Contudo, observa-se que ao examinar os valores acima apresentados, uma peculiaridade se apresenta: com a desenvoltura das crises que abarrotaram a economia-mundo no término dos anos noventa, até o início da primeira década dos anos dois mil, participação chinesa na importação brasileira não apresenta declínio nem estagnação, pelo contrário, crescem de maneira constante ao longo dos anos. Antagonicamente, a participação da China nas exportações brasileiras apresenta alguma oscilação e, apesar disso, sai de 1.77% em 1998 e atinge 16.54% em 2011.

Ademais, o gráfico abaixo possui o intuito de ilustrar o déficit comercial brasileiro nos anos de 2006 a 2009, os gráficos acima introduzidos evidenciam, a partir dos anos noventa, para uma importante intensificação das relações comerciais Brasil-China, chegando ao seu ápice em 2004:

GRÁFICO 2 - Balança Comercial Brasileira (1998-2011):  
Exportação, Importação e Saldo Anual.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior

Elaboração

Própria

Destarte, no ano de 2004, o Brasil contabilizou um total de U\$ 5,4 bilhões de exportações para a China. Ao analisarmos os dados referentes as importações, observamos que no mesmo ano Brasil atinge o maior valor de importações, das quais 5.91% foram provenientes da China, ou seja, U\$3,7 bilhões. O ano de 2010 marca a o fim do triênio deficitário frente a china, apresenta um total de importação mensurável em U\$2,1 bilhões e um total de exportação configurado em U\$ 3,6 bilhões, inteirando em um saldo positivo de U\$1,02 bilhões. É passível de destaque, também que o ano de 2003, fora salientado como o período de maior saldo positivo da balança comercial brasileira, totalizando U\$2,3 bilhões favoráveis a economia brasileira.

Sob outra perspectiva, concebendo a articulação política dos BRICs no ano de 2006. Os gráficos 1 e 2 apontam para o crescimento da participação chinesa nas exportações e importações brasileiras a partir do referido ano. No que tange as importações (gráfico 1), entre 2006 e 2011 a participação da China nas importações cresceu 4.76%. Quanto às exportações (gráfico 1), o crescimento foi de 11.86% no mesmo período.

Em vista disto, nos anos 2000, a República Popular da China ocupava a décima segunda posição no ranking dos principais parceiros comerciais do Brasil, entretanto, desde 2005, o Estado retém a terceira posição naquele, sendo superado apenas por Estados Unidos e Argentina, como analisado pelo informativo publicado pela CEBC (Conselho Empresarial Brasil-China) em 2010.

Neste mesmo período, ressalta-se a admissão de empresas brasileiras ao setor produtivo e de infraestrutura chinês, naquele mesmo informativo, que exemplifica dois casos de êxito: a Beijing Embraco Snowflake e a EMBRAER, que se configuram como pioneiras na amplificação dos investimentos bilaterais sino-brasileiros.

Os anos dois mil marcaram um importante processo de criações de novas perspectivas para o desenvolvimento dos países emergentes a longo prazo, pois “No plano global, tornou-se notória a cooperação mútua em foros multilaterais, a exemplo da estreita comunicação mantida [...] no grupo BRICs [...]” (BECARD, 2011, p. 38). Do qual, ambos Brasil e China se integravam, e será analisado *a posteriori* neste artigo.

O estabelecimento do Conselho Empresarial Brasil-China, no ano de 2004, por parte de ambos os governos, possuía a finalidade de atuar como um mecanismo promovedor de interlocução entre as empresas públicas e privadas oriundas dos dois Estados. Sediado no Rio de Janeiro e em Beijing, a CEBC, visa a promoção e a formulação de estudos inéditos sobre a relação empresarial sino-brasileira, além de fomentar a consolidação da mesma, mediante a eventos e reuniões. (CEBC, 2015).

Outro agente fomentador da parceria estratégica sino-brasileira fora firmado no mesmo ano. A Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concentração e Cooperação, sob o acrônimo COSBAN, tornara-se uma ponte de diálogo entre as duas nações. A COSBAN, é composta por onze subcomissões, e cada uma delas é responsável por um aspecto das relações bilaterais, na tentativa de incentivar uma mais profunda integração entre os dois países. Ávila (2009), afirma que a COSBAN fora criada com o intuito de promover políticas de desenvolvimento em linhas de ações estratégicas e diversificadas que abrangem “o plano econômico, comercial, financeiro, científico e técnico, acadêmico e cultural, aproximem e adensem a cooperação entre o Brasil e a China. ” (SEVERINO, p.77). É responsabilidade daquela, também, a supervisão e a fiscalização do Plano de Ação Conjunta (2010-2014) e o Plano Decenal de Cooperação Brasil - China (2012 - 2021).

O Plano de Ação Conjunta (2010-2014), firmado no ano de 2010 em Brasília, pelos presidentes Luiz Inácio “Lula” da Silva e Hu Jintao, por meio do qual verifica-se a denotação de Gonçalves e Brito (2010) de que o governo de Hu Jintao fora, na República Popular da China, a gestão na qual o relacionamento para com outros membros da periferia e da semiperiferia do sistema-mundo obtivera maior relevância. Ademais, o primeiro artigo daquele documento denota seus princípios gerais:

A fim de promover um desenvolvimento abrangente e aprofundado da Parceria Estratégica Brasil-China e intensificar ainda mais a cooperação amigável e mutuamente benéfica entre os dois países, as duas Partes acordaram assinar o “Plano de Ação Conjunta” [...] O Plano de Ação Conjunta define os objetivos, metas concretas e orientações para a cooperação bilateral para os próximos cinco anos. O plano visa a melhorar a coordenação e a atuação dos mecanismos de cooperação bilateral existentes, bem como a ampliar e aprofundar a cooperação bilateral em todas as áreas. (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES; Brasília, 2010, p.1)

Ratificado no Rio de Janeiro em 2012 e acordado pela presidenta brasileira Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro chinês Wen Jiabao, o Plano Decenal de Cooperação Brasil – China (2012-2021), visa o estabelecimento e o estímulo de projetos às áreas de alta relevância para a parceria estratégica sino-brasileira, prioritariamente ao que se refere a ciência, tecnologia e informação, cooperação econômica e intercâmbio entre os povos. Uma vez que, “Brasil e China fecharam o primeiro quadrimestre de 2011 com uma corrente de comércio de US\$ 20,4 bilhões. O valor é 45% maior que o do mesmo período de 2010 e confirma o país como nosso principal parceiro comercial. ” (CEBC, 2010. p.6)

### **3. AS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS COMO PARCEIROS ESTRATÉGICOS**

Este capítulo têm a finalidade de fomentar análise a referente a veracidade do discurso diplomático sino-brasileiro, averiguando se a parceria estratégica reconhecida por ambos se assevera na realidade, por intermédio da elaboração e da interpretação de gráficos e tabelas que ilustram não apenas o fluxo comercial entre o Brasil e a China, mas também, entre a potência asiática e alguns dos demais países que se evidenciam como grandes opções de mercados para a expansiva economia chinesa.

Em consequência disto, a primeira seção deste terceiro capítulo terá como objeto a realização de uma breve exposição sobre a historiografia das relações político-econômica dos cinco Estados que constituem os BRICS, condensando e sumarizando os treze primeiros anos de sua criação e sua participação no cenário internacional do sistema-mundo vigente, enfatizando as diretrizes e conquistas de seu relacionamento até a formalização da criação do NBD (O Novo Banco de Desenvolvimento) fomentado pelas economias destas semiperiferias do sistema mundo.

À vista disto, as seguintes seções deste item visa o estudo das relações econômicas chinesas entre os países que representam a coalisão BRICS, na tentativa de evidenciar ou não um favorecimento determinante da República Popular da China para com o Brasil em comparação com o relacionamento que aquela possui com os outros três Estados em questão, utilizando-se dos números provenientes de bancos internacionais de informação para uma interpretação mais íntegra daqueles.

#### **3.1 BRICS: Uma breve exposição historiográfica de sua ascensão até a formulação do Novo Banco de Desenvolvimento.**

Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, logo se tornaram os elementos centrais das expectativas e de debates dos agentes de mercados a partir do acrônimo criado pelo economista inglês Jim O'Neill, os BRICs<sup>11</sup>, que compartilham de simetrias e contrariedades

---

<sup>11</sup> Os papers publicados pela Goldman Sachs com a autoria de Jim O'Neal afirmavam que as economias responsáveis pela reforma da arquitetura do sistema econômico capitalista até 2050 eram apenas o Brasil, a

ao que se referem ao seu crescente poder econômico e uma maior influência geopolítica em seus continentes (FALCONBRIDGE, 2008). Acarretando no seu posicionamento frente ao sistema mundial como “os responsáveis pelo aquecimento da economia global nos próximos anos e, conseqüentemente, local seguro e ideal para ampliação de seus negócios e ganhos de capital por parte de seus investidores”. (MOREIRA, 2012).

As expectativas da Goldman Sachs derivam da análise do modelo de desenvolvimento econômico de países periféricos e semiperiféricos, que apresentavam uma possibilidade tangível de influência na esfera macroeconômica da economia-mundo capitalista, e fomentavam o discurso de que até 2050, os quatro países que constituíram este arranjo poderiam em conjunto superar as seis maiores economias do mundo (G6)<sup>12</sup> em um montante total de dólares. Resultando em uma alternância no eixo Norte-Sul que conduz o capitalismo histórico vigente, e um fortalecimento na sustentação de suas agendas frente ao centro mundial, ao afirmar que dos Estados efetivamente industrializados e prosperamente inserido nos fluxos internacionais de mercado, apenas os Estados Unidos e o Japão permaneceriam entre as primeiras economias do mundo. (O’NEILL, 2003)

E conforme os dados expostos por Singh e Dube (2011), ao início do novo milênio os então quatro países estudados por O’Neill, computavam apenas uma dezena da porcentagem total do PIB mundial e no decurso da década de noventa, pouco menos de 4% do comércio mundial podia ser atribuído a esses Estados, mesmo quando avaliados em conjunto. Contudo, é passível de afirmação que algumas das previsões daqueles analistas efetivaram-se de forma verídica, uma vez que em 2011, 25% do PIB mundial podia ser atribuído aos cinco Estados representantes daquela coalisão, e 15% do comércio mundial era realizado por fluxos provenientes destes países, ocasionando em um crescimento de 150% no total de seu PIB calculado em conjunto.

Outros exemplos substanciais que corroboraram as asseverações reiteradas pelos *papers* publicados pela Goldman Sachs foram constatados no íterim do primeiro decênio do século XXI, entre estes, é indispensável notabilizar eventos como a inclusão da China na

---

Rússia, a Índia e a China. A África do Sul fora oficialmente acoplada ao acrônimo em 2011, durante a terceira cúpula anual dos BRICS em Sanya na China, devido ao seu progressivo dinamismo econômico e amplo campo de influência geopolítico em seu continente.

<sup>12</sup> O chamado G-6 é composto pelas seis maiores economias do mundo que, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), caracterizam-se como os principais players do sistema econômico internacional por suas taxas de desenvolvimento econômicos e o sucesso da industrialização de suas economias. Contudo, essa terminologia fora substituída, no decorrer do segundo decênio do século XXI, pela sigla G-7 e G-8.

Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, o Brasil se tornando pela primeira vez um credor mundial em 2008 e a crise do *subprime*<sup>13</sup> que originara-se nos Estados Unidos e reverberara consequências na Europa no decorrer do mesmo ano e nos anos que se seguiram, além da primeira cúpula dos BRICS sediada pela Rússia em 2009. (SINGH; DUBE, 2011)

Já no perpassar da segunda década dos anos 2000, pode-se utilizar-se de eventos como a ascensão chinesa a segunda maior economia do mundo em 2011, a doação conjunta dos BRICS para conter a perpetuação da crise da zona do euro para o restante da economia mundial<sup>14</sup> em 2012, o estabelecimento de um banco comum entre os cinco Estados, denominado Novo Banco de Desenvolvimento, em 2014 e o acordo firmado entre este e os bancos financiadores de políticas de desenvolvimento em cada um dos países membros em 2015.

Conquanto, nem mesmo O'Neill antecipava uma formalização ou uma institucionalização deste arranjo. A primeira fora oficializada<sup>15</sup> em 16 de Junho de 2009, na cidade russa de Ecatimburgo, por meio da I Cúpula dos BRICS, na qual foram estabelecidas vertentes de coordenação e cooperação político-econômicas, em especial a “coordenação em reuniões e organismos internacionais e a construção de uma agenda de cooperação multilateral entre seus membros” (MRE; 2015), que resultara na decisão da realização de uma Cúpula entre os países membros com uma frequência anual e uma rotatividade da organização destas entre aqueles. Uma vez que, como apontado pelo ex-ministro brasileiro das relações exteriores, Celso Amorim:

---

<sup>13</sup> Causada pelo progressivo e vasto desenvolvimento do mercado imobiliário norte-americano, a ineficaz regulamentação das instituições e não sujeitas as mesmas normas bancárias e as expectativas de lucros imediatos dos tomadores de hipotecas que concediam empréstimos hipotecários de alto risco mediante a pouca ou nenhuma garantia do pagamento dos mesmos, a crise do *subprime* norte-americana constituiu-se pelo crash das instituições de crédito do país, que não foram aptas a sustentar este sistema por um extenso período de tempo. As consequências desta quebra foram profundas e seus sintomas ainda repercutem no cenário internacional, como podem ser averiguadas no déficit comercial mundial, na queda da produção industrial e a recessão da economia de diversos países.

<sup>14</sup> Singh e Dube afirmam que “Um exemplo da importância do grupo [BRICS] para a economia mundial foi refletido pela doação em conjunto dos BRICS, que contribuíram com \$75 bilhões de dólares no G-20 Summit de 2012, em Los Cabos, México, para prevenir o contágio da crise da zona do euro para o resto do mercado global.” (2011, p.3 em tradução livre).

<sup>15</sup> Coloquialmente, a primeira reunião realizada pelos chefes de Estado do Brasil, da Rússia, da Índia e da China ocorreu em 2006, precedendo a abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas. No entanto, apenas um ano depois, manifestou-se entre aqueles o desejo de um aprofundamento de suas relações tendo em vista os interesses específicos desta coalizão, o que se tornara realidade nos próximos dois anos com a organização de uma reunião e a oficialização por meio da primeira cúpula dos BRICS, ambas sediadas pela Rússia. (MRE, 2014)

*Countries like Brazil, China, India, South Africa and a few others are the “new kids on the block” among global players that shape international relations. They legitimately aspire to greater participation in international institutions, which still suffer from a “democratic deficit.” Global decisions can no longer be made without listening to their voices. (2010, p. 231)*

A institucionalização dos BRICS efetuou-se em 2013, durante a V Cúpula dos BRICS em Durban, na África do Sul, mediante a ratificação do “Acordo sobre o NBD – Novo Banco de Desenvolvimento” pelas autoridades representantes dos países membros. Este banco tem como objetivo captar e direcionar recursos provenientes dos cinco países membros para o investimento destes em projetos de infraestrutura e desenvolvimento, colaborando para o crescimento mundial por meio de empréstimos à agentes públicos e privados, garantias de créditos, participação acionária, além de outros instrumentos financeiros que complementam as instituições internacionais já vigentes, oferecendo auxílio na moeda local do país onde a operação é realizada, uma vez que respeitados as normas estabelecidas pelo banco. Estes benefícios serão dirigidos não só aos cinco países membros quanto aos demais países filiados a Organização das Nações Unidas (ONU) (MRE, 2014). Como observado no transcrito abaixo:

A adesão será aberta aos membros das Nações Unidas, em conformidade com as disposições do Acordo Constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento, seja na condição de membro tomador de empréstimos, seja na de não tomador de empréstimos. O Novo Banco de Desenvolvimento terá um capital subscrito inicial de US\$ 50 bilhões e um capital autorizado inicial de US\$ 100 bilhões. (MRE, 2014, p.2)

Consoante ao elucidado pelo Itamaraty (2013) no que se refere as quatro cúpulas que intercorreram no trespassar dos anos que sucederam a sua oficialização, existia junto aos BRICS a aspiração para um estreitamento de seu relacionamento de forma ponderada como estratégica por seus membros que possuíam a pretensão e a diligência de auferir uma cooperação econômica pragmática. Esta visava um acréscimo no desenvolvimento de países provenientes da periferia do sistema-mundo e incentivos a reafirmação de uma estabilidade econômica mundial, auxiliando a recuperação da mesma no período que sucedera a crise de 2008, reduzindo potenciais riscos oferecidos pelo mercado capitalista ao crescimento da economia dos cinco países membros.

Destarte, o *paper* promovido pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro (2013) aponta a prioridade dos BRICS para a concepção de uma estratégia que embasava a parceria

econômica de seus membros nas áreas de indústria e processamento de minerais, energia, cooperação em agricultura, ciência e tecnologia, inovação, cooperação financeira, conectividade, cooperação em TICs e cooperação em comércio e investimento. Todavia, devido a maior relevância do tema a esta monografia, reserva-se essa análise apenas para a última área acima mencionada, em razão das premissas retratadas pelo MRE:

Visa-se o encorajamento dos vínculos de comércio e investimento entre os países do BRICS com ênfase em promover o acesso a mercados em bens e serviços entre eles e em apoiar as complementaridades industriais, o desenvolvimento sustentável e o crescimento inclusivo. Simplificando e aumento da eficiência nos procedimentos administrativos para facilitar e acelerar o comércio e os investimentos mútuos, além de criar condições favoráveis para o desenvolvimento do comércio mútuo e de investimento externo direto nos países do BRICS, de forma a diversificar a produção e a exportação. (2013, p.8)

É passível de afirmação que os BRICS compreendem inúmeras semelhanças e divergências em suas ambições e na condução de sua política externa, acarretando assim, no que Bauman (2010) afirma ser uma discrepância quanto ao grau de dependência de cada nação frente ao comércio exterior. Dessa forma, faz-se uma necessidade estudar as perspectivas destes países para a economia mundial, com o auxílio da elucidação de dados de exportação e importação, referentes as suas balanças comerciais, fornecidos pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e os Ministérios de Relações Exteriores e Comércio, ou o equivalente à cada nação, como será realizado ademais.

### 3.2 BRICS e a Cooperação Sul-Sul: uma Parceria Estratégica.

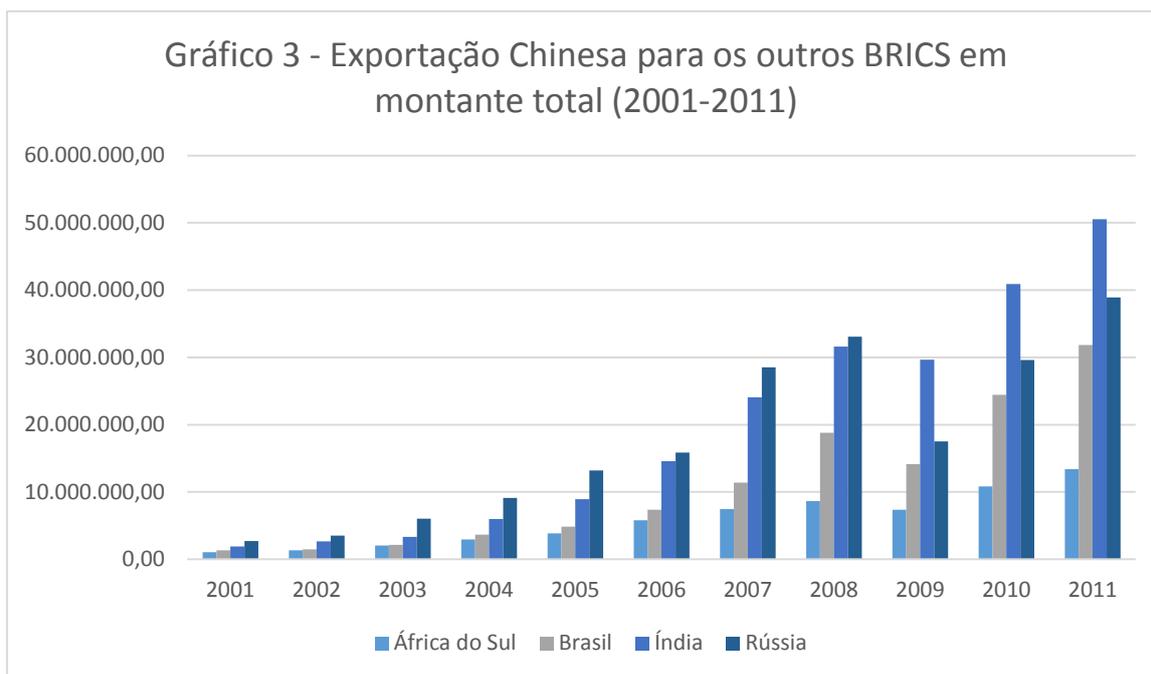
Em conformidade ao discurso promovido pelo Itamaraty, no qual é acervado que os “BRICS desempenham papel fundamental na economia mundial em termos de produção total, investimentos recebidos em bens de capital, e expansão de potenciais mercados de consumo.” (2013, p.5). Os dados expressos no *paper* oriundo do BRICS business fórum, efetivado em Nova Deli no ano de 2012 e elaborado pela Federação da Índia de Câmaras de Comércio e Indústria (FICCI), ressaltam um crescimento substancial no montante auferido ao fluxo comercial entre os cinco países membros quando comparados a primeira década dos anos 2000, como sobrelevado a baixo:

*While in the year 2003, total trade amongst countries belonging to this group was US\$ 37.8 billion, in 2010 this figure increased to US\$ 212.3 billion. This marks an increase of almost 462 percent. [...] While in the year 2003, intra-region trade as a proportion of overall global trade of the BRICS grouping was 2.8 percent; in 2009 this figure just inched up to 4.1 percent. (FICCI; 2012, p.2)*

O referido órgão indiano assegura, bem como, que tanto a China quando a Índia, ainda se configuram quanto entes basilares da eclosão dos fluxos comerciais dos BRICS na economia-mundo vigente. Visto que seu progressivo crescimento econômico e aperfeiçoamento científico-tecnológico inseriu uma parcela significativa de sua exuberante população às aplicabilidades da produção e do consumo, fomentando o mercado de exportação e importação de seus Estados, e conseqüentemente resultando no aquecimento das relações comerciais intra-BRICS. (FICCI; 2012)

Entretanto, o relacionamento daqueles países semiperiféricos em prol de uma cooperação comercial deve ser encorajado, devido ao fato que este desencadeia um incentivo ao desenvolvimento econômico de suas nações, impulsionando a complementariedade de suas economias e o combate aos riscos e desafios compartilhados por seus Estados no âmbito político-social, que podem futuramente reverberar conseqüências à esfera econômica. (MRE; 2013).

Concerne-se agora a exposição dos fluxos comerciais entre os cinco países constituintes dos BRICS, analisando de forma empírica os dados provenientes da OMC, por meio de seu sistema de informações, o WITS, e efetuando uma substancial ênfase ao montante referido a República Popular da China e a República Federativa do Brasil, pois como dispõe-se a temática desta monografia, na tentativa de corroborar a existência da parceria estratégica sino-brasileira também no âmbito multilateral.



Fonte: WITS

Elaboração Própria

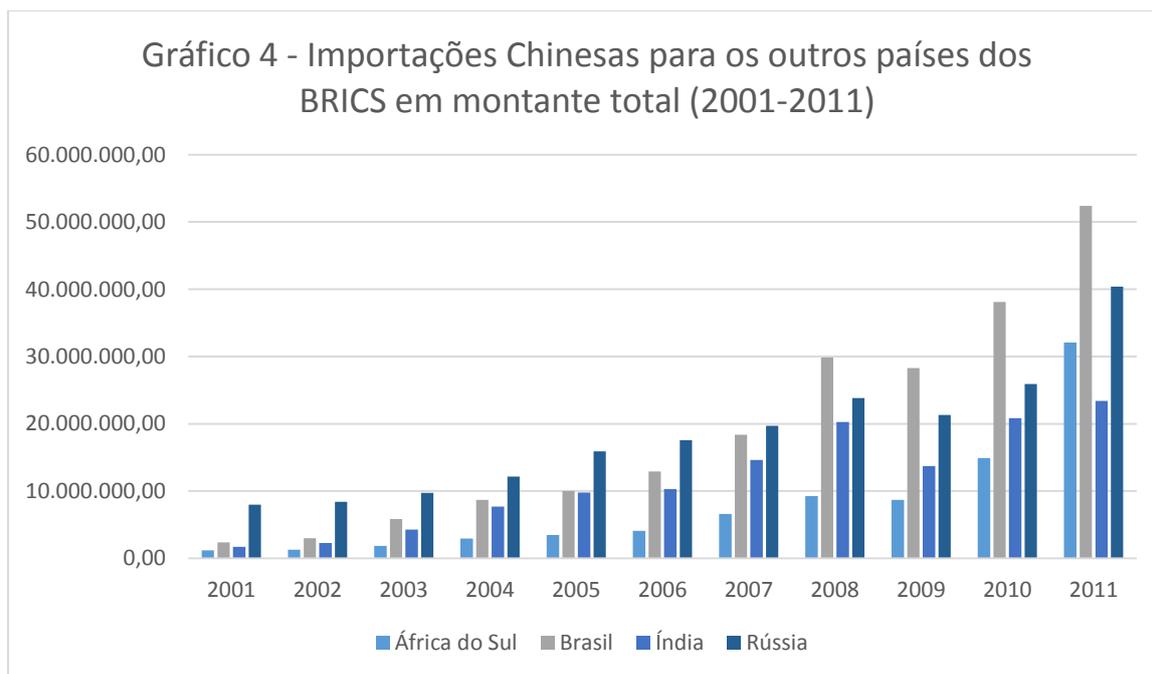
Como constatado no gráfico acima apresentado, em 2001 as exportações chinesas para todos os outros quatro países que consolidam os BRICS concebem-se pequenas e limitadas, não superando \$3 milhões de dólares americanos, nem mesmo para parceiros tradicionais como a Rússia ou mais acessível como a Índia, outro país dos BRICS que como a Rússia, encontra-se entre as lindeiras da China. No entanto, em 2011, apenas dez anos após a formação dos BRICS, é tangível o progresso substancial que eclodira adentro das correntes comerciais que interpassam os BRICS, uma vez que o montante total das exportações para aqueles, estabeleceram-se em dois dígitos; os \$13,36 milhões de dólares provenientes das relações com a África do Sul demonstram-se como a menor quantia de capital de produtos deslocado naquele ano, enquanto as exportações para a Índia equacionam um montante total de \$50,53 milhões de dólares como o maior destino de exportação daquele mesmo ano.

O crescimento denotado pelos fluxos comerciais intra-BRICS no quesito de exportação é contínuo e linear, oportunizando constantes dilatações e intensificações referentes ao capital envolvido, como observado em 2007, um ano após a realização de uma reunião não-oficial entre os chefes de Estados chinês, brasileiro, indiano e russo adjacente a uma Assembleia Geral da ONU, e fora naquela que se expressara o interesse dos quatro países em intensificar suas relações. Aqui, indica-se um tímido aumento de \$4 milhões nas exportações para o Brasil, ascendendo o comercio com este país a \$11 milhões, já no caso

indiano, o aumento fora averiguando em \$10 milhões de dólares americanos, ocasionando um abrupto salto de \$14 milhões no ano anterior para \$24 milhões em 2007.

O ano de 2008 fora marcado pela crise do *subprime* norte-americano que reverberara as consequências da quebra do sistema de créditos e hipotecas americano para o restante do sistema-mundo, e os resultados deste evento são nítidos no ano seguinte, uma vez que apenas o ano de 2009 apresenta uma retração nos dados publicados pelo WITS (World Integrated Trade Solution). As exportações para o Brasil sofreram uma queda de \$4 milhões de dólares, retraindo de \$18 milhões para \$14 milhões, conquanto, foram as exportações russas que padeceram de forma mais grave, uma vez que o comercio de exportações chinesas para seu parceiro tradicional apresentaram um desfalque de \$16 milhões em apenas um ano. Já as relações chinesas com a Índia foram pouco abaladas ao retroceder apenas \$2 milhões de dólares naquele mesmo período, levando um montante anterior de \$31 milhões a equacionar \$29 milhões em 2009.

Por conseguinte, é passível de afirmação que durante o decênio aqui examinado, a Índia corresponde ao maior destino de exportações chinesas, seguida de maneira acirrada pela Rússia e então o Brasil e posteriormente, a África do Sul. Todavia, o Brasil apresentará um aumento no montante referido a exportação chinesa a seu país apenas nos anos porvindouros, quando o saldo da balança comercial sino-brasileira se reverte à um déficit para o Estado brasileiro.



Fonte: WITS

Elaboração Própria

A figura acima representa os fluxos de importação intra-BRICS no intermédio do mesmo período do gráfico anterior, no entanto, aqui contempla-se uma gradual e visualmente mais lenta eclosão das correntes de comércio entre a República Popular da China e os demais países que compõe aquele arranjo. Tal é evidenciado pela constante linearidade na composição dos montantes comercializados naquele decênio, que em suma, sofreram um acréscimo de um ou dois milhões de dólares anualmente até o ano de 2006, a exceção a este argumento é a África do Sul que durante os primeiros três anos do íterim analisado teve suas taxas ampliadas apenas em cerca de mil a dois mil dólares anualmente.

Constata-se também que diferentemente das exportações chinesas intra-BRICS, as importações não experimentaram uma grande depressão após a crise econômica de 2008, apenas a Índia sofreu choques eminentes em seu montante anual em 2009, uma vez que esta apresentou um decréscimo de \$7 milhões de dólares quando comparado ao ano anterior. Brasil, Rússia e África do Sul exibiram apenas uma leve alternância, como observado acima, de não mais que dois milhões de dólares, no caso da Rússia, e um milhão ao que se refere a África do Sul e o Brasil.

Conquanto, o ano seguinte, de 2010, fora marcado como o fomentador da maior dilatação dos fluxos de importação do decênio examinado. O montante referido as importações chinesas da África do Sul passaram de \$8 milhões para \$14 milhões em apenas um ano, verificando a maior expansão do comércio entre ambos os países mesmo considerando os dados anteriormente apresentados no gráfico 3. Já as importações provenientes da Índia expressaram um acréscimo de \$7 milhões de dólares ao saltarem de \$13 milhões para \$20 milhões em apenas um ano. As relações da China com seu parceiro tradicional, a Rússia, manifestaram o mais tímido dos incrementos, ao passarem de \$21 milhões em 2009 para \$25 milhões no ano seguinte, enquanto o Brasil denota um salto astronômico em seu fluxo comercial para com a China, uma vez que as importações de seus produtos pelo país asiático cresceram um total de \$10 milhões de dólares em apenas um ano.

Posto isto, conclui-se, a partir dos dados fornecidos pelo WITS referente as importações realizadas pela China entre os países membros dos BRICS que mesmo que a Rússia houvesse ocupado a posição de maior parceiro comercial da China em décadas anteriores, a partir do ano de 2007, o Brasil consagra-se como a maior fonte de importação de produtos da China, evidenciando-se em um contínuo e progressivo crescimento que, no ano

de 2011, alcançara o maior montante de capital comercializado no decênio analisado ao atingir um total de capital de \$52,38 milhões de dólares.

Destarte, o subseqüente item limitara sua análise as relações comerciais entre Brasil e China intra-BRICS, reiterando-se do discurso promovido pela diplomacia de ambos os Estados e a visão de acadêmicos provenientes das duas nacionalidades para a averiguação da existência de um possível paradigma futuro a ser seguido nas relações sino-brasileiras, em especial, ao que se refere a parceria estratégica estabelecida por ambas as nações.

### 3.3 A parceria estratégica Brasil-China e as relações entre ambos no âmbito dos BRICS.

O ex-ministro brasileiro das relações exteriores, Celso Amorim (2010), assevera que o almejado papel de mediador e instigador da cooperação para o desenvolvimento, são reflexos da política interna brasileira no âmbito internacional, de modo a acarretar vigor em sua participação nas discussões da agenda global, legitimando, assim, o pilar reservado ao multilateralismo na constituição de sua diplomacia.

Lafer (2002) atesta sobre a relevância de ambos os países para além de suas fronteiras, ao salientar sua influência na periferia do sistema-mundo, devido a sua conduta dinâmica de representação frente aos representantes do grande centro. Proporcionando, dessa forma, uma alavancagem da possibilidade de alternância do eixo norteador político-econômico do sistema-mundo.

Destarte, não é uma surpresa que isto repercuta também no âmbito dos BRICS, principalmente o período que se sucedeu após a grande crise econômica de 2008, no qual os líderes destes países passaram a se reunir anualmente para analisar e viabilizar discursos sobre seus interesses comuns perante a pauta do atual sistema-mundo. (RAMOS, 2013).

Mediante ao contexto elucidado *a priori*, o secretário-geral do Centro de Pesquisa da Academia Chinesa de Ciências Sociais, Zhou Zhiwei ratifica os BRICS como uma plataforma propulsora das relações sino-brasileiras, uma vez que este âmbito sanciona o termo ‘estratégico’ em sua parceria, ao não se limitar apenas ao âmbito bilateral, mas também

“apresentar astúcia e habilidade em aliar-se para exercer uma maior influência conjunta no sistema global. ” (LI, Jinzhang<sup>16</sup>, em entrevista ao portal Xinhua, março de 2012.)

A finalidade desta aliança revolve em torno dos objetivos explanados por Sun Yanfeng<sup>17</sup> durante sua entrevista ao Xinhua, a agência oficial de notícias de propriedade do governo da República Popular da China:

[ ... ] tem objetivo de impulsionar reformas dos mecanismos globais, especialmente financeiros e comerciais, para aumentar o poder de voz dos dois países, assim como promover ações conjuntas dos países do BRICS em questões particulares relacionadas com os interesses estratégicos dos dois países. (Sun, Yanfeng, março de 2012.)

A alegação de que a China é um dos principais parceiros comerciais brasileiros dentro dos BRICS é quase irrefutável, fato que pode ser novamente legitimado pelo trecho da obra de Bauman e Araujo destacado a baixo:

Já a China tem presença cada vez mais forte e, à diferença dos outros dois países [Índia e Rússia], o comércio com o Brasil é bastante semelhante ao seu padrão global, o que sugere que os resultados bilaterais são mais fruto do diferencial de competitividade que estratégia peculiar orientada a mercados específicos. (BAUMAN; ARAUJO, 2010, p. 6)

Entretanto, Niu (2010) reitera que para uma auspiciosa parceria estratégica que transcende os limites do Estado e de suas relações bilaterais, ambos os países carecem de uma consciência mais ampla e profunda sobre áreas particulares como a economia, as políticas de seus governos e a cultura de sua sociedade. Visto que a linguagem e a distância geográfica já proporcionam um árduo desafio a ser superado para que um resultado que represente ganhos-mútuos seja alcançado.

O ex-embaixador brasileiro na China Hugueney, possui uma perspectiva mais otimista a uma parceria estratégica sino-brasileira de proporções multilaterais ao argumentar que “a criação e consolidação do BRICS, abriu espaço para uma atuação mais coordenada entre o Brasil e a China no plano internacional, o que passou a requerer um diálogo ainda mais intenso entre os dois países” (2010,p.1) o que encorajaria um fluxo mais abundante de informação e recursos entre os dois Estados, arraigando assim, a solidificação das fundações de sua relação e a prosperidade do futuro da mesma.

---

<sup>16</sup> Li Jinzhang foi o Embaixador chinês no Brasil no ano de 2012. Este é o transcrito de sua entrevista para o Xinhua.

<sup>17</sup> Sun Yanfeng é pesquisador do “Centro de Estudos Latino-Americano” do Instituto Chinês de Relações Internacionais Contemporâneas, com sede em Beijing.

Esta concepção também fora compartilhada pelo ex-presidente brasileiro Luiz Inácio “Lula” da Silva, que afirmara durante uma entrevista coletiva promovida à mídia jornalística chinesa sua convicção sobre o florescimento da relação Brasil-China nos campos do sistema-mundo em um futuro próximo, posto que a compatibilidade de suas necessidades comerciais e o potencial que ambos os Estados possuem para atendê-las.

Niu Haibin (2010) enfatiza que nada obstante aos desafios que a era globalizada apresenta para uma relação como a sino-brasileira perante ao sistema-mundo vigente, Brasil e China ainda se caracterizam como forças moderadoras, mediante ao âmbito dos BRICS, conduzindo e gerenciando seus interesses – individuais, em comum ou como um grupo – com êxito frente as limitações impostas pelo grande centro do sistema.

Um grande exemplo desta capacidade sino-brasileira de conduzir seus interesses frente aos outros países membros pode ser exemplificada pela criação do “Fundo de Contingência”, que conforme o CEIRI (Centro de estratégia, inteligência e Relações Internacionais), é a primeira medida oriunda de um acordo bilateral a acoplar também Rússia, Índia e África do Sul. Corroborando com a afirmação do ex-cônsul da seção econômica e de energia da embaixada brasileira na China, Braz Baracuhy, à agência Xinhua, ao frisar que a expansão global da parceria estratégica sino-brasileira é promissora, e podem beneficiar não só a ambos os países quanto os outros integrantes dos BRICS a longo prazo.

Por conseguinte, continua-se, ademais, a explorar os limites da parceria estratégica sino-brasileira ao averiguar se a mesma se comprova no território sul americano. Para tal, utiliza-se de uma sucinta análise dos dados referentes ao fluxo comercial chinês para a região e as premissas da diplomacia asiática em seus acordos com cada um destes, concentrando-se apenas nos países representantes do denominando ‘ConeSul’; Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai.

#### **4. A China e a América do Sul: Uma breve averiguação de uma parceria estratégica no cone-sul.**

Ellis (2009) afirma que o relacionamento chinês com a América Latina e o Caribe não segmenta a política regional estabelecida pelo governo, independentemente das disparidades nos níveis de profundidade de suas relações com cada país específico ou a maneira encontrada por estes de projetar-se ao sistema-mundo capitalista. Distingue-se assim a destreza Chinesa na manutenção de sua diplomacia bilateral, aferindo os benefícios potenciais oferecidos por uma nação aos seus inconvenientes prejuízos em conformidade as ressonâncias das políticas internas de cada país, em especial, referindo-se a esfera econômica de suas relações.

Destarte, em conformidade com as observações de Ellis, Jiang (2006), recorda a visita do então presidente chinês Hu Jintao ao Brasil, no ano de 2004, e seu discurso frente ao congresso brasileiro, expressando seu desejo de testemunhar o crescimento do apoio da China, tal qual como o amparo latino-americano para a China, no âmbito político-econômico, na tentativa de fortificar a complementariedade econômica entre eles a partir dos objetivos constatados no trecho a seguir: "*1) strengthen strategic common ground and enhance mutual political trust; 2) take practical and creative steps to tap potential for economic cooperation; and 3) attach importance to cultural exchanges to deep mutual understanding.*" (JIANG, 2006, p.17)

As pretensões do presidente Hu vieram a ser formalmente difundidas quatro anos após sua visita ao Brasil, no ano de 2008, o qual fora marcado pela publicação do primeiro documento chinês que discursara acerca das pretensões de seu governo para com a América Latina e o Caribe ao trespassar dos quinze anos seguintes. Bernal-Meza (2013) descreve que o objetivo deste documento é:

*Mantener la tendencia a estrechar los intercambios al más alto nivel, entre los órganos legislativos, partidos y organizaciones políticas, como también establecer y perfeccionar los mecanismos de consulta, cooperar en asuntos internacionales y desarrollar los contactos entre gobiernos locales; ampliar y equilibrar el intercambio comercial y optimizar su estructura para promover el desarrollo conjunto y, al mismo tiempo, solucionar adecuadamente las fricciones comerciales a través de consultas y cooperación; estimular y apoyar a las empresas chinas con capacidad y buena reputación que deseen invertir en la región y acoger las inversiones en China de empresas latinoamericanas. (BERNAL-MEZA; 2013, p.9)*

À vista disso, Herrera (2016), reconhece que o comércio ainda se qualifica como a principal temática visada pela China entre os anos de 2001 e 2015, intermediando parte do período analisado por esta monografia, tal centralidade é um reflexo das previamente citadas pretensões chinesas ao desenvolvimento progressivo dos fluxos de comércio entre seu país e os Estados latino-americanos.

Contudo, limita-se aqui o estudo proposto por este trabalho a uma sucinta equiparação entre os países sul-americanos localizados na denominada região do ‘ConeSul’ americano, estes configuram-se como Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, ao que se refere a seu montante comercial resultante de seu relacionamento bilateral com a China, examinando empiricamente os dados disseminados pelos Ministérios do Comércio e das Relações Exteriores (ou seus equivalentes) de cada um daqueles Estados, na tentativa de corroborar ou refutar a hipótese de que a parceria estratégica sino-brasileira se caracteriza factível também neste âmbito, apurando se o Brasil de fato classifica-se como o maior parceiro comercial chinês na região.

#### 4.1 As Relações Chile-China: Os impactos da primeira relação diplomática chinesa na América do Sul.

O Chile consagrasse como o primeiro Estado sul-americano a formalizar relações diplomáticas com a República Popular da China, estabelecendo-as oficialmente em 15 de dezembro de 1970. Contudo, as relações coloquiais entre ambos os países são trilhadas desde 1961 com o estabelecimento do então nomeado “Commercial News Office of Chinese Import

and Export Corporations”<sup>18</sup>, que fomentara as relações comerciais entre Chile e China, muito antes de qualquer outro Estado sul-americano.

Bernal-Meza (2013) salienta outras evidências do pioneirismo chileno em relação a China ao afirmar que o Estado sul-americano também representa o primeiro país a apoiar a adesão da China à OMC em 2001 e o primeiro país latino-americano a ratificar um tratado de livre comércio<sup>19</sup> entre seu governo e a China.

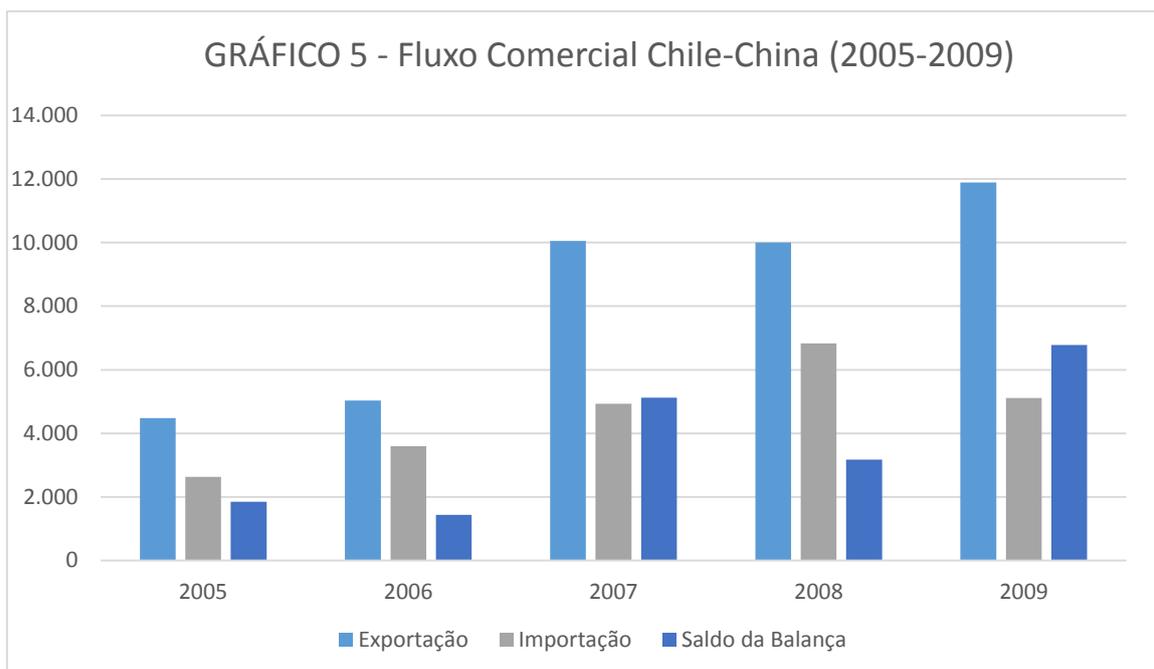
Tal tratado, conforme ressaltado pelo ex-presidente chinês Hu Jintao, é um modelo a ser seguido para a expansão da cooperação sul-sul para a política externa chinesa, que pode espelhar-se nos artigos estabelecidos por ele para estreitar ainda mais os vínculos do comércio chinês junto ao MERCOSUL. (MFAPRC; 2008, BERNAL-MEZA; 2013)

Posto isto, o panorama chileno sobre o tratado de livre comércio abrange a premissa de que a região do pacífico, em especial a Ásia, se desenvolveu em um dos polos da economia-mundo capitalista. E a China, pela extensão de seu território, exuberância populacional e progressivo crescimento econômico, além da localização estratégica do país mediante ao continente asiático e a facilidade do transporte marítimo de mercadorias é um parceiro comercial substancial para o Chile. (ZHANG, 2006) O que será ilustrado a seguir por meio dos dados referentes a balança comercial Chile-China, fornecidos pelo projeto ProChile do DIRECON (Dirección General de Relaciones Económicas Internacionales) adjunto ao Ministério de Relaciones Exteriores chileno:

---

<sup>18</sup> O Commercial News Office of Chinese Import and Export Corporations teve seu nome alterado quatro anos depois das gêneses das relações Chile-China, o nome que perpetua até os dias atuais é “Commercial Office of China Council for the Promotion of International Trade.”

<sup>19</sup> O Tratado de Livre Comércio entre Chile e China foi assinado no dia 18 de novembro de 2005, na cidade de Busan na Coreia do Sul. Este tratado determina um decréscimo imediato de cerca de 92% das tarifas chinesas referentes as exportações chilenas. Este acordo prevê também um declínio nas aduaneiras de quatro categorias a serem aplicadas a produtos chineses no Chile. (SNA-CHILE; 2006)



Fonte: ProChile, MRE Chileno

Elaboração Própria

O gráfico 4 ilustra o progressivo crescimento das exportações chilenas para a China no íterim de quatro anos após a assinatura do Tratado de Livre Comércio entre ambas as nações. Os anos de 2005 e 2006 apresentam um tímido acréscimo ao montante da corrente comercial sino-chilena de apenas \$552 mil dólares ao trespassar de \$4.481 milhões de dólares para \$5 milhões no ano seguinte. 2007, no entanto, configura-se como o um marco comercial ao auferir um acréscimo de mais de \$5 milhões de dólares durante o período de um ano.

A única retração apresentada pelo montante de capital de produto chileno é verificada no ano de 2008. No qual sua exportação subtraia em meros \$46 mil dólares, mesmo mediante a eclosão da crise econômica americana e as reverberações das consequências desta para o restante do sistema-mundo. Dessa forma, a partir dos dados fornecidos pelo governo chileno, averigua-se um crescimento nas exportações chilenas para a China no ano de 2009, ano este que fora marcado por uma recessão e estagnação da economia-mundo, ao apresentar um valor total de \$11.89 milhões de dólares, o ápice das relações comerciais sino-chilenas até então.

O ano de 2009 convencionara-se como significativo para a economia chilena, uma vez que este também marcara a ascensão chinesa como seu principal parceiro comercial e o principal destino das exportações chilenas. O DIRECON (2013) calcula que no ano em questão 23% de toda a exportação chilena foram direcionadas a China.

As importações chinesas efetuadas pelo Chile também crescem após a assinatura do Tratado de Livre comércio, apresentando um adicional de quase \$2 milhões de dólares ao montante final das correntes comerciais de cada ano, atingindo seu cume em 2008, computando um total de \$6.82 milhões de dólares. A única exceção ao crescimento uniforme apresentado pelos índices de importação ocorreu em 2009, no qual a importação de produtos chineses estreitara-se a apenas \$5,11 milhões de dólares.

#### 4.2 As relações sino-argentinas: Uma alternativa à parceria estratégica no ConeSul.

Em novembro de 2004 fora estabelecido, em Buenos Aires, na Argentina, um memorando de entendimento firmado pelos presidentes Hu Jintao e Néstor Kirchner que realçava fundamentos significativos para o estreitamento do relacionamento entre ambos os Estados. Dentre estes, sobressaem-se a criação de uma parceria estratégica sino-argentina, o reconhecimento argentino do status chinês de economia de mercado e o aumento das vendas argentinas para a China em ao menos \$4 milhões de dólares somados ao montante vigente à época. (BOLINAGA, 2015)

Os resultados daquela foram evidenciados de maneira linear e contínua, com a taxa de participação chinesa na balança comercial argentina crescendo com uma variação de percentual entre oito e nove por cento anualmente, no que se refere a exportação e entre seis e oito por cento quanto as taxas de importação. (MECON, 2011) Progresso consoante ao observado por Bernal-Meza e salientado ademais:

*Argentina y China firmaron un acuerdo de Asociación Estratégica en el 2004, a partir de lo cual se impulsaron contactos en diversos sectores y China pasó a ser el 2º destino de las exportaciones argentinas. El intercambio comercial pasó de US\$ 2.100 millones en el año 2000 a más de US\$ 13.300 millones en 2009. China ocupó así el tercer destino de las exportaciones argentinas, luego de Brasil y Chile. (2013, p.14)*

Todavia, o mesmo otimismo não pode ser observado mediante a porcentagem da participação argentina nos fluxos comerciais chineses, como é apresentado pelo gráfico desenvolvido pelo Ministério de Comercio Exterior argentino e apresentado abaixo:

**GRÁFICO 6 – A evolução da participação argentina nos fluxos comerciais chineses.**



Fonte: INDEC e UN-COMTRADE

Elaboração: DIAS-DIAR

No gráfico 5 expõe-se que a variação das taxas de participação argentina nas exportações e importações chinesas configuram-se, em muitos casos, apenas uma oscilação de um ou dois décimos para mais ou para menos, mesmo após a estipulação de uma parceria estratégica entre ambos os Estados. Nota-se também que o ápice do progresso de desenvolvimento da presença argentina sobre as importações chinesas sucede-se apenas durante o período de 2002-2003, um ano antes da ratificação de tal parceria com um acréscimo de pouco mais de 0,2 %.

Contudo, o valor máximo correspondente ao aferido cume fora alcançado por uma segunda vez no ano de 2008, transpassando um tímido incremento de pouco mais de um por cento aos 0,5 % observados no ano anterior. O ano subsequente, 2009, fora caracterizado por um decréscimo e uma estagnação no montante desta parceria, uma vez que as taxas participação argentina sobre de exportação e importação chinesas fixaram-se a 0,4% para ambas.

Bernal-Meza (2013) salienta que os transtornos e impedimentos só foram delineados em 2010, mediante a uma profunda crise político-econômica que desiludira governantes e pesquisadores de ambos os países e viria por deteriorar as relações sino-argentinas.

Oviedo (2010) sumariza este período de desequilíbrio ao elucidar, mesmo que de forma breve, sobre as causas desta instabilidade: Após os reflexos da crise econômica do *subprime* americano atingira a Argentina, o governo Kirchner adotara políticas protecionistas *antidumping* para alguns produtos provenientes da China. Ocasionalmente, como ressalta Bernal-Meza (2013), em uma resposta drástica da República Popular da China, que demandara a aplicação de uma sanção ao azeite de soja argentino e sus componentes, suspendendo completamente as exportações argentinas do produto, causando um desgaste profundo à economia argentina. Este evento causara os intelectuais de ambos os Estados a referirem-se a esta relação como uma “parceria estratégica em processo de deterioração”. (BERNAL-MEZA; 2013, p.16)

#### 4.3 As Relações China-Uruguai: Uma ascendência tardia ao âmbito bilateral.

Conforme noticiado pelo Ministério de Relaciones Exteriores do Uruguai, as relações diplomáticas sino-uruguaias foram estabelecidas apenas em 1988, quase duas décadas após a fortificação do relacionamento chinês para com os países que compartilham de seus limites fronteiriços. Todavia, os fluxos comerciais entre Uruguai e China evidenciam-se promissores, a vista de que, Bernal-Meza, parafraseando Ellis (2009), sugere que:

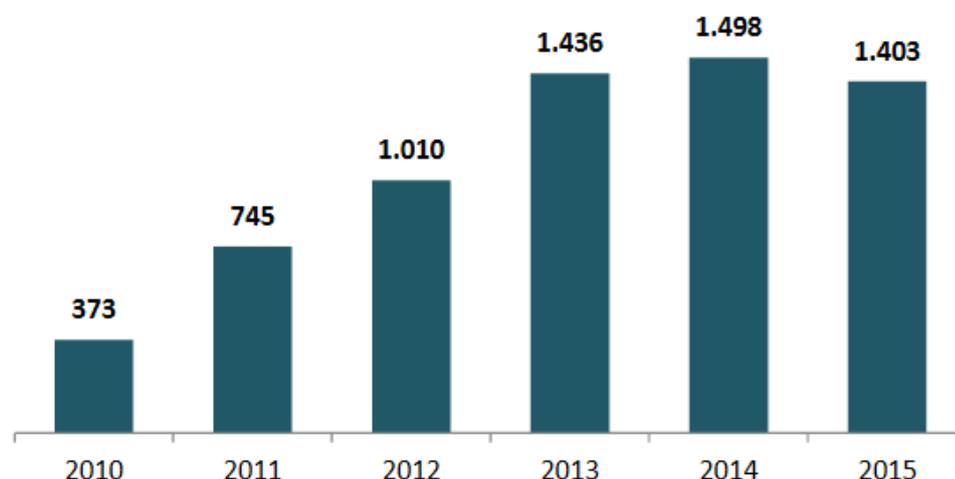
*Dada la reducida dimensión geográfica y demográfica del Uruguay, su estructura económica poco diversificada y su ubicación más lejana respecto de China, las relaciones económicas y comerciales bilaterales son marginales en el conjunto de los vínculos externos del país. Uruguay exporta productos alimenticios de origen agrícola, con una concentración preferencial en la lana, ya que al mercado chino se destina el 40% de las exportaciones totales del país de este producto. (2013, p.20)*

O Uruguay XXI, também conhecido como Instituto de Promoción de Inversiones y Exportaciones de Bienes y Servicios, publicara em julho de 2016, o primeiro informe uruguaio sobre o perfil chinês e o capital levantado pelo fluxo comercial entre ambos os países, que na visão dos elaboradores deste paper, eclodiram adequadamente após o segundo decênio do século XXI. E segundo o Uruguay XXI, no ano de 2015, a China ocupara o primeiro lugar no ranking de destinos das exportações de produtos uruguaiois, superando Argentina e Brasil, que anteriormente consagravam-se como parceiros comerciais tradicionais do Uruguai.

A seguir, denota-se os dados computados pelo instituto por meio de um gráfico das exportações uruguaias com destino a China. Uma ilustração relevante e substancial para averiguar-se o progressivo e contínuo acréscimo no montante de capital contabilizado a esta relação comercial, que apresentou um crescimento linear com a única exceção apresentada pelo ano de 2011, no qual as exportações uruguaias sofreram um decréscimo de \$95 mil dólares, tímido quando comparado as taxas de crescimento apresentadas pelo comercio sino-uruguaio.

### GRÁFICO 7 – Exportações Uruguaias à China entre os anos de 2010-2015.

Gráfica Nº 9 – Exportaciones uruguayas a China.  
Años 2010-2015 (US\$ Millones)<sup>13</sup>



Fonte: DNA

Elaboração: Uruguay XXI

#### 4.4 O curioso caso paraguaio: A preferência histórica para com a ilha de Taiwan.

Classificando-se como o único país sul-americano que mantém relações com a República da China, popularmente conhecido como Taiwan, o Paraguai pode ser identificado com uma anomalia no sistema-mundo vigente, uma vez que como salienta Ellis (2009), o Paraguai compartilha de uma mínima, ou até mesmo limitada relação para com a República Popular da China.

Ao pleitear seu apoio a um parceiro histórico, dado que Paraguai e Taiwan mantêm relações desde o período da Guerra Fria, especificamente, desde o ano de 1957 (BERNAL-MEZA; 2013), o Paraguai enrijece seu relacionamento para com a China continental e estagna os fluxos comerciais entre eles. Entretanto, o apoio paraguaio simboliza uma parceria inestimável para a Taiwan, em sua busca para autonomia, levando ao estado a conceder assistência financeira, tecnológica e até mesmo científica ao Paraguai mediante a *Fundación para la Cooperación y el Desarrollo Internacional*, pela qual, Taiwan injeta na economia do país cerca de \$250 milhões de dólares para serem investidos em tecnologia de informação e eletrônicos (BERNAL-MEZA apud ELLIS, 2013).

#### 4.5 As Relações Sino-Brasileiras: O fantasma da desindustrialização e a reprimarização da economia.

Consoante aos debates instigados em cada segmento deste capítulo, pode concluir-se que o Brasil ainda permanece como o maior parceiro comercial da China no âmbito sul-americano. Isto fora asseverado pelo relacionamento limitado que a República Popular da China possui para com o Paraguai, os tímidos e recentes resultados promovidos pelo comércio sino-uruguaio, a deterioração da única alternativa para parceria estratégica na região do ConeSul e o fato de que mesmo que substanciais para seu próprio Estado, o fluxo comercial mantido pelo Chile para com a China, não ao menos aproxima-se do peso fornecido pelas relações sino-brasileiras (vide gráficos 1, 2 e 5). À vista disso, Dementev e Moreira frisam que:

O Brasil é o maior e mais rico país latino-americano, bem como também é o maior parceiro comercial da China e dos Estados Unidos nessa região. Além de possuir recursos estratégicos como uma grande produção de alimentos, em especial soja, e recursos minerais como ferro e alumínio, também é importante centro industrial e financeiro. (2009, p.48)

Entretanto, a eclosão chinesa e seu desenvolvimento em demasia acarretam consequências relevantes para diversos setores da economia brasileira, notoriamente no íterim que se procedeu a partir do início dos anos dois mil. A corrente comercial sino-brasileira se fortaleceu e quantificou um crescimento vinte vezes maior do que o observado

nos decênios anteriores, o que tornou a potência asiática no maior parceiro comercial brasileiro no sistema-mundo, ilustrado por uma relevância de 17% no total de exportações do Brasil (em sua grande, commodities), e 15% no total de importações para este. (SECEX, 2013).

Destarte, não é inconcebível que os debates sobre a questão da desindustrialização apresentem-se cada vez mais evidentemente na pauta político-econômica brasileira, desde o início do milênio. Jenkins (2015), denota que este fantasma está presente na inquietude de diversos países provenientes da periferia do sistema-mundo e acentua que a desindustrialização se manifesta, particularmente, com o desenvolvimento de programas de ajustes estruturais e liberalização do comércio, associados com a uma inflexão prematura da indústria nacional.

É mister, contudo, que o conceito de desindustrialização seja aqui definido, e com este intuito, Tregenna (2009) denota que a desindustrialização engloba a redução das taxas de emprego no setor industrial, em comparação com as demais áreas de trabalho, e o decréscimo do valor adicionado daquele setor frente ao PIB nacional.

O conceito de desindustrialização está usualmente atrelado a uma segunda concepção abordada neste seguimento, a reprimarização da economia. Jenkins define esta como “uma situação de crescente dependência na exportação de produtos primários para a fomentação do comércio exterior” (JENKINS, 2015, p.45). O mesmo autor refere-se a Palma (2009) para elucidar uma situação derivada da reprimarização, a denominada “doença holandesa”, conceito associado a uma mudança no eixo da economia de um Estado, por meio de um crescimento na exportação de commodities ou por alterações de políticas para com o setor industrial que retira o protagonismo da produção de manufaturados, o que reflete na balança comercial daquele país acarretando um déficit econômico.

Posto isto, examina-se brevemente neste seguimento, o impacto das relações sino-brasileiras para o setor industrial deste Estado, mediante a ameaça da desindustrialização frente a questão da reprimarização da economia nacional. Para tanto, recorre-se a formulação de gráficos e tabelas que auxiliam na ilustração e na elucidação dos dados fornecidos pelo governo de ambos os países e de organizações internacionais.

A datar de 2010, as relações comerciais com a China tornaram-se responsáveis por mais de 30% do déficit de produtos industrializados, o que no ano de 2012 representa um

decréscimo de quase U\$100 bilhões de dólares do total no comércio de bens manufaturados, acoplando tanto bens leves quanto pesados. (SECEX, 2013). Jenkins (2015), salienta que no ínterim do mesmo período, a disparidade econômica trespassara também para o âmbito político:

*In 2010 the Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Brazilian Shoe Manufacturers Association) was successful in obtaining antidumping duties on footwear imports from China. In 2011 the Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Brazilian Textile Industry Association) called on the government to investigate imports of denim from China. (2015, p.47)*

Assente a isto, é passível de asserção de que os produtos manufaturados importados da China, têm afetado de forma significativa a economia nacional, pela competição e substituição dos manufaturados produzidos em território nacional. Jenkins (2015), ressalta também, que dentro desta conjuntura, os importados chineses substituem não apenas os produtos nacionais, mas também os importados – e os importadores de produtos brasileiros – oriundos dos demais países do sistema-mundo, causando uma acentuação do déficit da balança comercial, ao reduzir e influenciar a corrente comercial para com outros países, agravando ainda mais o processo de desindustrialização.

Concebendo a extensão de seu território, seu destaque na economia-mundo e o tamanho de sua população, é incontestável reiterar que a China é um mercado excepcionalmente atraente para todos os Estados do sistema, incluindo o Brasil, contudo, a inserção de manufaturados brasileiros na China seriamente limitada, como observado no gráfico abaixo:

**GRÁFICO 8 – Porcentagem da participação do Brasil no Comércio Exterior Chinês (2000-2007)**



Fonte e elaboração: CEBEC.

A partir de 2000 até o ano de 2005, a porcentagem de participação do Brasil na balança comercial da China cresceu apenas em 1%, quando referente a importação, enquanto no mesmo período, a porcentagem de exportação chinesa para o Brasil manteve-se estável, com a exceção de um pequeno decréscimo em 2001, alterando-se apenas frente ao desenvolvimento a partir de 2004. Dementov e Moreira (2009) elucidam que em 2006, a parcela de manufaturados provenientes do Brasil e exportados à China decresceu de 16,7% do total de produtos exportados e atingiu 10,5%. Em valores brutos, a SECEX (2013), aponta que a exportação de manufaturados brasileiros para a China avultara apenas um montante de US\$1,2

bilhões de dólares de 2003 até 2012, o que denota o impacto negativo que esta corrente comercial acarreta ao setor industrial brasileiro.

Neste contexto, Rocco (2009), reitera que 72% dos produtos exportados e destinados a China, no ano de 2006, foram compostos por produtos primários: Ferro e seus concentrados (26,6%), sementes de soja (24%), ferro aglomerado (6,4%), óleo de soja (6,2%), petróleo bruto (4,9%), pasta de papel (4,3%).

Jenkins (2015) salienta que a crescente demanda chinesa por produtos primários afetara de modo diretamente proporcional a especialização da economia latino-americana em exportação de commodities, outro fator que refletira também, nas relações brasileiras com os demais países, como é exposto por Paulino (2009, p.207):

De um lado, os países e setores econômicos beneficiados pela insaciável demanda chinesa por commodities veem o boom chinês, particularmente num momento em que as economias desenvolvidas caminham perigosamente à beira da crise e da recessão, como verdadeira benção. De outro lado, contudo, esses sentimentos otimistas não são partilhados pelos representantes da indústria que veem ser mercados tradicionais ocupados de forma irreversível pelas exportações chinesas.

Por conseguinte, um estudo realizado pela Confederação Nacional de Indústria em 2011 avulta que, mais metade dos setores exportadores brasileiros encontram competitividade com a China no cenário econômico mundial, e mais de dois terços daqueles, em conformidade aos dados apresentados, perderam clientela para exportadores chineses (CNI, 2011).

**Tabela 01 – Porcentagem da redução das Exportações brasileiras como resultado da perda de mercado para a China.**

<b>MERCADOS</b>	<b>2004-2007</b>	<b>2007-2010</b>
EUA	-6.5	-8.0
UNIÃO EUROPEIA	-3.8	-2.0
ARGENTINA	-4.5	-2.1
MÉXICO	-2.3	-4.0
CHILE	-10.1	-11.9
VENEZUELA	-2.4	-10.4
COLÔMBIA	-1.0	-9.2
PARAGUAI	-1.0	-3.8
URUGUAI	-4.3	-3.3

FONTE: UM Comtrade (n.d), JENKINS, 2014/5

Elaboração: JENKINS.

Desta forma, compreende-se que as relações comerciais brasileiras para com Chile, Venezuela, Colômbia e os Estados Unidos foram as mais gravemente afetadas pelo boom da produção e da economia chinesa. Venezuela e Colômbia, destacam-se nesta análise por um decréscimo de mais de 8% em um curto intervalo de tempo, como apresentado pela tabela acima. A interferência chinesa nas relações bilaterais para com o Chile foram, contudo, intensificadas pela assinatura de um tratado de livre comércio entre os dois países (JENKINS, 2015).

Destarte, pode-se concluir que os produtos manufaturados chineses interferem diretamente no comércio e na competitividade dos produtos produzidos no Brasil, dentro e fora do país, o que, como observado a cima, influenciara diretamente no déficit de manufaturados na balança comercial brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem embargo, é evidente que no decorrer das últimas décadas, como constatado nos capítulos previamente elucidados, a parceria estratégica formada por dois valiosos representantes da semiperiferia do sistema-mundo foi alvo de alterações e aperfeiçoamentos, um reflexo necessário para harmonizar a condição de suas políticas conforme as oscilações desse sistema causadas pelo constante estado de incertezas promovido pela errática economia-mundo capitalista.

A China preservou desde a década de noventa, um percentual de crescimento e desenvolvimento insigne, convertendo-se de um grande exemplo do que Giovanni Arrighi denomina “capitalismo tardio” em sua obra ‘O longo século XX’ para o principal elemento de aposta no jogo de poder das relações internacionais como possível sucessor do atual *hegemon* do sistema, os Estados Unidos. O multilateralismo do governo chinês fora tecido em teias de alianças (possivelmente) estratégicas com a finalidade de expandir o alcance de sua influência política e econômica para além do leste asiático.

Adversa à política praticada pela República Popular da China, o Brasil, tornou o âmbito regional sua prioridade, investindo fundos ao decorrer dos últimos anos, e consagrando o MERCOSUL com um novo patamar de importância, no que se diz respeito a ampliação das relações multilaterais conduzidas pela diplomacia brasileira.

Ademais, ambos ainda compartilham a posição de coordenação e moderação no âmbito dos BRICS, almejando modificações nas instituições globais de governança financeira, fato comprovado pela constante participação do grupo nas discussões do G-20 financeiro, acarretando assim no aumento seu poder de barganha e a validação de suas demandas frente aos países provenientes dos grandes centros. Promovendo-se não apenas como um representante da semiperiferia do sistema-mundo, mas também como um antagonista as políticas macroeconômicas eurocêntricas que norteiam o eixo do desenvolvimento da economia-mundo, muitas destas criadas pelos representantes dos grandes centros para serem transplantadas à periferia do sistema-mundo sem refletir sobre a especificidade de cada Estado.

Por conseguinte, a partir dos elementos referenciados nesta monografia é possível concluir que independentemente das configurações das políticas externas chinesas e brasileiras – que continuam a desenvolver especificidades a cada rotação presidencial -, a

China ainda pode ser reputado como o maior parceiro comercial brasileiro, dentro e fora do âmbito dos BRICS, principalmente ao visar atuações conjuntas entre os dois Estados em foros multilaterais de debates e a totalidade dos montantes de suas relações comerciais.

Todavia, a estabelecida parceria estratégica sino-brasileira não é um sinônimo de uma relação sem discrepâncias. De fato, torna-se explícito na análise deste trabalho que o Brasil acabara por carecer muito mais da China, do que ela necessita do Brasil. O que coloca em cheque a terminologia “estratégica” dessa, dado que a possibilidade dessa parceria estar apenas maquilando a transição da dependência de um *hegemon* para a esfera de influência de outro.

Visto que os benefícios derivados dela encontram-se sombreados pelo déficit industrial apresentado pela balança comercial brasileira e a crise político-econômica que se alastrara no país nos últimos anos. Jenkins (2015), frisa que as consequências da desindustrialização e da reprimarização da economia de um Estado possui impactos muito maiores que apenas econômicos, reverberando para diversos outros setores da sociedade.

A desindustrialização muda as dinâmicas de interação entre a classe trabalhadora, com o afastamento dos mesmos do ambiente fabril, mediante a redução de empregos resultantes do decréscimo da produção de manufaturados e a dispersão das organizações sindicalistas, ou ao menos, uma evidente inflexão em seu movimento. Destarte, a primarização, como elucida Jenkins (2015), pode acarretar no fortalecimento político e econômico dos grandes produtores de commodities, desequilibrando a balança nacional de forças políticas, em detrimento do avanço – ou continuação, em certa medida – do projeto de desenvolvimento industrial brasileiro e fomentando uma nova relação de dependência econômica do Brasil perante a China ao reproduzir a lógica apresentada pelo centro e a periferia no âmbito da divisão axial do trabalho do sistema-mundo em que estão inseridos na esfera nacional e internacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Marcelo de Paiva. **Parcerias estratégicas**. O Estado de São Paulo. Publicado em 24 mar. 2008. Disponível em: <http://economia.puc-rio.br/mpabreu/pdf/oesp08.03.23.pdf>

ALONSO, José Antonio; GLENNIE, Jonathan. **What is development cooperation?** ; 2016 Development Cooperation Forum Policy Briefs, nº1, Fevereiro, 2015. Disponível em <[http://www.un.org/en/ecosoc/newfunct/pdf15/2016\\_dcf\\_policy\\_brief\\_no.1.pdf](http://www.un.org/en/ecosoc/newfunct/pdf15/2016_dcf_policy_brief_no.1.pdf)>

ALTEMANI, Henrique. **Política externa brasileira**. Saraiva: São Paulo, 2005.

ALTEMANI, Henrique. **BRASIL E CHINA: Cooperação Sul-Sul e Parceria Estratégica**. Fino Traço: Belo Horizonte, 2012.

ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos. **Relações Internacionais do Brasil: Temas e Agentas. Vol 2**. Saraiva: São Paulo, 2002.

ALTEMANI, Henrique. **Brasil-China: Trinta anos de uma parceria estratégica**. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol 47, nº 1, Brasília, jan-junho, 2004.

AMORIM, Celso. **Let's Hear From the New Kids on the Block**. New York Times June, 14, 2010.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Unesp: São Paulo, 1996.

AVILA, Carlos Frederico. **O Dragão e o Jaguar**: Um estudo das relações sino-brasileiras em perspectiva. In: PAULINO, Antonio Luís; PIRES, Marcos Cordeiro. **Nós e a China: O impacto da presença chinesa no Brasil e na América do Sul**. São Paulo: LCTE, 2009.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a Construção da Hegemonia**. Ed. Unesp: São Paulo, 2002.

BAUMAN, Renato. **O Brasil e os demais BRICs: Comércio e Política**. CEPAL/IPEA: Brasília, 2010.

BECARD, Danielly Silva Ramos. O que esperar das relações Brasil-China? **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, V. 19, n. suplementar, p. 31-44, Novembro, 2011

BERNAL-MEZA, Raúl; **Las relaciones China-Mercosur y Chile**. Cinclos en la historia, la economía y la sociedade; vol 21, Buenos Aires, 2013.

BIATO, Oswaldo Junior. **A parceria estratégica sino-brasileira: Origens, Evolução e Perspectivas. (1993-2006)**. Fundação Alexandre Gusmão: Brasília, 2010.

BRESSAN, Regiane Nitsch; Salles, Marcus Maurer; **60 anos após Bandung: Novas visões a partir do Sul**. 11 Anuario de Integración Latinoamericana y Caribeña. Managua, 2015, p. 14

BUZAN, Barry. **The United States and the Great Powers: World Politics in the Twenty-First Century**. Cambridge: Polity Press, 2004.

CENTRO DE ESTRATÉGIA, INTELIGÊNCIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **Brasil e China podem estar assumindo a liderança no BRICS**. Jornal CIEIRI, São Paulo, Março

de 2013 ( Disponível em: <http://www.jornal.ceiri.com.br/pt/brasil-e-china-podem-estar-assumindo-a-lideranca-no-brics/>)

CEPAL. **Boletín económico de América Latina**, vol. VII, n° 1, Santiago do Chile, 1962. Publicação da Organização das Nações Unidas, n° de venda: 62.II.G.I.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Editora UnB, Brasília, 2015.

CHANG, Magda Holan Yu. **A Economia-Mundo Capitalista: Conceitos e Considerações Histórico Espaciais**. Versão preliminar do primeiro capítulo da Dissertação de mestrado "O Desenvolvimento Brasileiro e os seus Padrões de Inserção Econômica Internacional", São Paulo, 2012.

CHINA RADIO INTERNACIONAL. **Cooperação econômica e comercial entre China e Brasil impulsionará mecanismo dos BRICS**. Beijing, março de 2013. (Disponível em: <http://portuguese.cri.cn/561/2013/03/26/1s164486.htm>)

COBÉRIO, Caio Graco Valle. **Os Sistemas-mundo e a Globalização**. Race, Unoesc, v7. n°1, jan-jun, 2008.

CONSELHO EMPRESÁRIAL BRASIL-CHINA. **Agenda China: Ações Positivas para as Relações Econômico-Comerciais Sino-Brasileiras**. Rio de Janeiro, Agenda II, p. 16-20, Junho, 2008.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA; **Carta Brasil-China - Visão de Futuro**. Edição Especial, Rio de Janeiro, abril, 2015.

CONSELHO EMPRESÁRIAL BRASIL-CHINA. **CEBC Alerta: Atualização dos principais indicadores comerciais e econômicos do relacionamento Brasil-China**. Rio de Janeiro, Informativo N° 24, Janeiro, 2015.

CURADO, Marcelo. **China Rising: Threats and Opportunities for Brazil**. Latin American Perspectives November 2015 42: pp 88-104

DEGNBOL-MARTINUSSEN, J. **Understanding International Development Cooperation**, Zed Books, Londres, Nova York, 2004.

DELIANG, Shang. **Cooperação política entre China e Brasil versus multipolarização**. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). **Brasil e China - Multipolaridade**. Brasília : IPRI /FUNAG, 2003. p. 291- 308.

DEMENTEV, Alves Filho; MOREIRA, Hermes Jr. **Relações entre a China e a América do Sul: Contestação da hegemonia norte-americana na região?** In: PAULINO, Antonio Luís; PIRES, Marcos Cordeiro. **Nós e a China: O impacto da presença chinesa no Brasil e na América do Sul**. São Paulo: LCTE, 2009

DEPARTAMENTO DESARROLLO ESTRATÉGICO Y PANIFICACIÓN; PRO CHILE. **Comercio Exterior Chile-China**. Santiago, Setembro de 2013. ( Disponível em: [https://www.direcon.gob.cl/wp-content/uploads/2013/09/COMERCIO\\_EXTERIOR%20CHINA\\_y\\_HKONG\\_2009.pdf](https://www.direcon.gob.cl/wp-content/uploads/2013/09/COMERCIO_EXTERIOR%20CHINA_y_HKONG_2009.pdf))

DICK, Patrícia. 2006. **A parceria estratégica entre Brasil e China: A contribuição da política externa brasileira (1995-2005)**. Dissertação de mestrado em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DOS SANTOS, Theotonio. **Desenvolvimento e Civilização: Homenagem a Celso Furtado**. Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro, 2016.

ELLIS, R. Evan. **China in Latin America: The Whats and Wherefores**, Boulder Co & London, Lynne Rienner Publishers. 2009

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO BRASIL: **Bloco dos BRICS impulsiona desenvolvimento das relações sino-brasileiras**. Disponível em: <http://br.china-embassy.org/por/zbqx/t918274.html> Acesso em: 10/08/2015.

FEDERATION OF INDIAN CHAMBERS OF COMMERCE AND INDUSTRY. **BRICS Business Forum 2012: Partnership for Global Stability, Security and Prosperity** (Theme Paper). New Delhi, March of 2012.

FUJITA, Edmundo Sussumu. **O Brasil e a China – uma parceria estratégica modelar**. Política Externa. Vol. 11, n. 4, 2013.

GOWAN, Peter. **A roleta global**. Saraiva: São Paulo, 2003.

GONÇALVES, Williams; BRITO, Lana Bauab. **Relações Brasil-China: Uma Parceria Estratégica?** Século XXI, Porto Alegre, Vol.1, nº1, jan-dez 2010.

GRUPO DE PUBLICAÇÃO INTERNACIONAL DA CHINA: **中国政府的白皮书**. Disponível em: <http://www.china.com.cn/ch-book/index.htm>. Acesso em: 21/04/2016.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **500 anos de Periferia – Uma contribuição ao estudo da política internacional**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1999.

HERRERA, MILTON REYES. **La dinámica del poder y la riqueza en el mundo contemporâneo**. Apresentado no I Encuentro de Economía Política Internacional (ENEPI), Porto Alegre, 2016.

HUGUENEY, Clodoaldo; **Um olhar sobre o Futuro das Relações Brasil-China**. Revista Interesse Nacional, ano 4, nº 14, julho-setembro, 2011.

IKENBERRY, John G.; WRIGHT, Thomas. **Rising Powers and Global Institutions**. The Century Foundation: New York, 2008.

JIANG, Shixue; **Recent Development of Sino-Latin American Relation and its Implications**, Estudios Internacionales, Instituto de Estudios Internacionales de la Universidad de Chile, Año XXXVIII, jan-mar, 2006.

JIANG, Shixue. **A new look at the chinese Relations with Latin America**. Nueva Sociedad, nº 42, maio-junho, 2003. ( Disponível em: <http://rss.cebri.org/201.pdf>)

JENKINS, Rhys. **Is Chinese Competition Causing Deindustrialization in Brazil?** Latin American Perspectives, Issue 205, vol.42, nº6, Novembro 2015.

KHANNA, Parag. **The Second World**. Londres: Penguin Books, 2008.

LEITE, Iara Costa. **Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos.** Observador On-line. vol 07, nº 03, março, 2012.

LEITE, Patricia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva.** Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2011.

LESSA, Antonio C. ; COUTO, L. F. ; FARIAS, R. DE S. **Política externa planejada: Os planos plurianuais e a ação internacional do Brasil, de Cardoso à Lula (1995-2008).** Revista Brasileira de Política Internacional, v. 52, p. 89-109, 2009.

LESSA, Antonio C; **PARCERIAS ESTRATÉGICAS DO BRASIL: A dimensão multilateral e as parcerias emergentes.** Traço Fino: Belo Horizonte, 2012.

LESSA, Antônio Carlos. (1998). **“A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais”.** Revista Brasileira de Política Internacional. 41 (número especial 40 anos)

LIBERATO, L.V.M. **Movimento antiglobalização: Distinções analíticas e uma crítica a Alain Touraine.** Em Tese. Vol.1, nº1, agosto-dezembro, 2003, p.71

MARIUTTI, Eduardo Barros. **A perspectiva dos sistemas-mundo: fundamentos e tendências.** em VIEIRA, Pedro Antonio et at. O Brasil e o Capitalismo Histórico: Passado e Presente na Análise dos Sistemas-Mundo. Editora Cultura Acadêmica, São Paulo, 2012.

Martins, J. R. **Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual?** Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales (V), 2015, pp. 95-108. Recuperado de <http://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundo-uma-teoria-ainda-atual/>

MEDEIROS, Evan. **China’s international behavior: activism, opportunism, and diversification.** Santa Monica: RAND Corporation, 2009,p. 82-89.

MELO, Maria Cristina Pereira; AMARAL FILHO, Jair. **The Political Economy of Brazil-China Trade Relations, 2000–2010.** Latin American Perspectives November 2015 42: pp 64-87

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Ata de Entendimento sobre o fortalecimento e a expansão da Cooperação Tecnológica Espacial Brasil-China,** Beijing, 1995. Disponível em < [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1995/b\\_102/](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1995/b_102/) > Acesso em 25/07/2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Balança Comercial Mensal de 1998-2011.** Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1161&refr=1161> Acesso em: 19/05/2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Coleção de atos internacionais.** Brasília, n. 904, 1981. Disponível em: [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1978/b\\_1/at\\_download/arquivo](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1978/b_1/at_download/arquivo). Acesso em: 25/05/2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Decreto Nº 6.009**. Brasília, 2007. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6009.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6009.htm). > Acesso em: 18/05/2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Memorando de entendimento entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República popular da China sobre petróleo, equipamento e financiamento**. Brasília, 2009. Disponível em: [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b\\_6339](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6339). Acesso em: 16/08/2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014**. Brasília, 2010. Disponível em < <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/plano-de-acao-conjunta-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-popular-da-china-2010-2014>.> Acesso em: 16/08/2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China**. Brasília, 2012. Disponível em <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2012/plano-decenal-de-cooperacao-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-popular-da-china/>. > Acesso em: 16/08/2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Protocolo entre o governo da República Federativa do Brasil e do governo da República Popular da China sobre cooperação em energia e mineração**. Brasília, 2009. Disponível em: [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b\\_6286](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2009/b_6286). Acesso em: 16/08/2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Acordo sobre o Novo Bando de Desenvolvimento**. Durban, 2013 ( Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/images/NDB%20portugues.pdf>)

MINISTERIO DE COMERCIO, ECONOMÍA Y FINANZAS PÚBLICAS DE LA REPUBLICA ARGENTINA. **El Comercio Exterior Bilateral Argentina- China (Documento de Trabajo)**, Buenos Aires, Agosto de 2011 ( Disponível em: [http://www.mecon.gov.ar/peconomica/dnper/documentos/China\\_Ago2011.pdf](http://www.mecon.gov.ar/peconomica/dnper/documentos/China_Ago2011.pdf))

MINISTRY OF COMMERCE OF PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **Main Indicator of Foreign Trade and Economy (2007/01-11)**, Beijing. (Disponível em: <http://english.mofcom.gov.cn/article/statistic/ieindicators/200704/20070404524054.shtml>)

MINISTRY OF COMMERCE OF PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **Main Indicator of Foreign Trade and Economy (2006/01-11)**, Beijing. (Disponível em: <http://english.mofcom.gov.cn/article/statistic/ieindicators/200701/20070104269019.shtml>)

MINISTRY OF COMMERCE OF PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **Brief Statistics on China's Import and Export (2001-2014)**. Beijing. (Disponível em: <http://english.mofcom.gov.cn/article/statistic/BriefStatistics/>)

MOREIRA Jr, Hermes. **A plurilateralização da Política Externa Brasileira e os desafios impostos pelo Multilateralismo Pragmático**. Boletim Meridiano 47 vol. 14, n. 138, jul.-ago. 2013 [p. 3 a 9]

MOREIRA Jr, Hermes. **Os BRICS e a recomposição da ordem global: estratégias de inserção internacional das potências emergentes.** Conjuntura Austral, Vol. 3, 2012. pp. 71-89.

MOREIRA Jr, Hermes; FIGUEIRA, Mauro Sérgio. **O Banco dos BRICS e os cenários de recomposição da ordem internacional.** Boletim Meridiano 47 vol. 15, n. 142, mar.-abr. 2014 [p. 54 a 62]

NASSIF, Andre. **National innovation system and macroeconomic policies: Brazil and India in comparative perspective.** In: United Nations conference on trade and development – UNCTAD, No. 184, may, 2007.

NIU, Haibin. **Emerging Global Partnership: Brazil and China.** Revista Brasileira de Política Internacional. Vol 53 (special edition), 2010.

NORONHA, Durval de Goyos. **A ordem política mundial e os novos protagonistas nas relações internacionais.** In: POSSAS, Lídia; SALA, J. Blanes (orgs). **Novos atores e relações internacionais.** São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.

O'NEILL, Jim. **Building Better Global Economic BRICs .** Global Economics Paper No: 66 Goldman Sachs, 2001

O'NEILL, Jim. PURUSHOTHAMAN, Roopa. LAWSON, Sandra. **The BRICs and Global Markets: Crude, Cars and Capital.** Global Economics Paper No: 114. Goldman Sachs, 2004.

O'NEILL, Jim. WILSON, Dominic. PURUSHOTHAMAN, Roopa. STUPNYTSKA, Anna. **How Solid are the BRICs?.** Global Economics Paper No: 134. Goldman Sachs, 2005

O'NEILL, Jim. **O mapa do crescimento: oportunidades econômicas nos BRICs e além deles.** Rio de Janeiro: Globo, 2012.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, **Tratado interamericano de assistência recíproca.** Rio de Janeiro, 1947 (Disponível em: [http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/tratado\\_interamericano\\_assistencia\\_reciproca\\_riodejaneiro.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/tratado_interamericano_assistencia_reciproca_riodejaneiro.pdf))

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, **Cata da Organização dos Estados Americanos,** Bogotá, 1948 (Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh\\_carta\\_oea\\_1948.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_carta_oea_1948.pdf))

OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. **O Sistema Mundo no Pensamento de Arrighi, Wallerstein e Fiori: Um Estudo Comparativo.** Publicado no Seminário debate de economia política dos sistemas-mundo, Florianópolis, 2010.

OVIDEO, Eduardo Daniel; **Historia de las relaciones internacionales entre Argentina y China 1945-2010,** Buenos Aires, Editorial Dunken, 2010.

PAULINO, Antonio Luís; PIRES, Marcos Cordeiro. **Nós e a China: O impacto da presença chinesa no Brasil e na América do Sul.** São Paulo: LCTE, 2009

PUENTE, Carlos Alfonso Iglesias. **A Cooperação técnica Horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento - CTPD - no período 1995-2005.** Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2010.

RAMOS, Leonardo C. S; PARREIRAS, P. H. S. **A V cúpula do BRICS (Durban, 2013): coalizão ou arranjo cooperativo?** Conjuntura Austral, Vol. 4, 2013. pp. 115-127.

ROCCARO, Isabel Esther. **As relações comerciais entre a China e o Mercosul.** In: PAULINO, Antonio Luís; PIRES, Marcos Cordeiro. **Nós e a China: O impacto da presença chinesa no Brasil e na América do Sul.** São Paulo: LCTE, 2009.

ROLLO, Maria Fernanda. **Portugal e o Plano Marshall: História de Uma adesão a contragosto (1947-1952).** Análise Social, vol.128, Lisboa, Portugal, 1994.

SERVICIO NACIONAL DE ADUANAS. **Tratados Comerciales - Trtao de Libre Comercio Chile-China.** Santiago (Disponívelem: <https://www.aduana.cl/aduana/site/artic/20070228/pags/20070228100917.html>)

SHANG, Deliang. **Political cooperation between China and Brazil VS. Multipolarization.** Rio de Janeiro, novembro de 1999.

SILVA, G.J.C. **A teoria da dependência: reflexões sobre uma teoria latino-americana.** Revista Hegemonia, nº3, 2008

SINGH, Suresh P.; DUBE, Memory; **BRICS and the World Order: A beginners Guide.** FOREIGN POLICY. Durban, March-April, 2011.

SU, Hao. **Harmonious World: The Conceived International Order in Framework of China's Foreign Affairs.** In: IIDA, Masafumi (ed.). **China's Shift: Global Strategy of the Rising Power.** Tokyo: National Institute for Defense Studies, 2009. Disponível online em <[http://www.nids.go.jp/english/publication/joint\\_research/series3/pdf/3-2.pdf](http://www.nids.go.jp/english/publication/joint_research/series3/pdf/3-2.pdf)>.

TREGENNA, Fiona. **Characterizing Deindustrialization: An analysis of changes in manufacturing employment and output internationally.** Cambridge Journal of Economics, vol.33, Cambridge, 2009.

THORSTENSEN, Vera; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado. **Os BRICS na OMC: Políticas Comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.** Brasília: IPEA, 2012.

URUGUAY XXXI. **CHINA - PERFIL DEL PAÍS.** Inteligencia competitiva. Montividel. Julho de 2016. ( Disponível em: <http://www.uruguayxxi.gub.uy/informacion/wp-content/uploads/sites/9/2016/07/Informe-China-Julio-2016-Uruguay-XXI.pdf>)

VALLONE, Giuliana. **Veja como o dólar se tornou a moeda de referência mundial.** Estadão, julho, 2009.

VALLONE, Giuliana. **Crise de 1929 atingiu economia e mudou a ordem política no Brasil.** Folha Online, São Pulo, 2009. (Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2009/10/642391- crise-de-1929-atingiu-economia-e-mudou-a-ordem-politica-no-brasil.shtml>)

VIEIRA, Pedro Antonio; VIEIRA, Rosângela de Lima; FILOMENO, Felipe Amin. **O Brasil e o capitalismo histórico: Pasado e presente na Análise dos Sistemas-Mundo**. Copiart; São Paulo, 2012.

VIEIRA, Rosângela de Lima. **O Brasil, a China e os EUA na conjuntura da Economia-Mundo capitalista**. Cultura Acadêmica; Marília, 2013.

VIZENTINI, Paulo. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 5. n. 2, p. 381-397 jul.-dez, 2005

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. New York: Academic Press, 1976.

WALLERSTEIN, Immanuel. **A análise dos sistemas-mundo como movimento do saber**. en VIEIRA, Pedro Antonio et at. **O Brasil e o Capitalismo Histórico: Passado e Presente na Análise dos Sistemas-Mundo**. Ediyots Cultura Acadêmica, São Paulo, 2012.

WILSON, Dominic. PURUSHOTHAMAN, Roopa. **DreamingWith BRICs: The Path to 2050** Global Economics Paper No: 99. Goldman Sachs, 2003.

WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTION. **China trade statistics: Export, Imports, Products, Tariffs, GDP and related Development Indicator** ( Disponível em: <http://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/CHN>)

ZHANG, Xincheng. **El entendimiento sobre el Tratado de Libre Comercio entre China y Chile**. Estudios Internacionales, Instituto de Estudios Internacionales de la Universidad de Chile, Año XXXVIII, jan-mar, 2006.